



**CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
12.05.2023**

ÍNDICE

1. [RELATÓRIO](#)

Notícias Sistema Fecomércio RN:

2. [Assembleia Legislativa e Fecomércio alinham parcerias em prol do desenvolvimento do RN.](#)
3. [Sindicato Assú confirma que Fecomércio realizará pesquisa de impacto financeiro no São João 2023](#)
4. [Sindicato Assú confirma que Fecomércio realizará pesquisa de impacto financeiro no São João 2023](#)
5. [Lojistas do RN esperam aquecimento de vendas com o Dia das Mães](#)
6. [Parnamirim recebe, mais uma vez, o projeto Bibliosesc.](#)
7. [Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde](#)
8. [Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde nesta quinta](#)
9. [Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde](#)
10. [Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde nesta quinta \(11\)](#)
11. [Senac RN está com mais de 480 vagas para Bolsas de Estudo em cursos EAD](#)
12. [Senac RN e prefeitura de Viçosa formam 40 novos profissionais na área da gastronomia](#)
13. [Sistema Fecomércio RN realiza ações gastronômicas do Senac na 9ª Femptur](#)

Notícias de Interesse:

14. [Audiência na Câmara debateu importância de Parcerias Público Privadas para Natal](#)
15. [Audiência na Câmara debate sobre parcerias público-privadas para Natal](#)
16. [Práticas sustentáveis aliadas ao turismo ganha espaço na 9ª Femptur que acontece em Natal](#)
17. [Vem aí a 9ª Femptur - Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN](#)
18. [Touros: Prefeitura entrega certificados a alunos dos cursos de Gestão de Pequenos Negócios e Boas Práticas](#)

19. [Secretária Municipal de Turismo participa de Reunião da IGR Vale Mar em Assu](#)
20. [Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na ALRN](#)
- 21.
22. [Assembleia Legislativa debate sobre os impactos da cobrança do Governo do RN sobre água bruta](#)
23. [Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na AL](#)
24. [Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na AL](#)
25. [Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na AL](#)
26. [Energia Solar reduz despesas e traz valorização para o imóvel](#)
27. [107 milhões de brasileiros sobreviviam com 17 reais por dia em 2022, diz IBGE](#)
28. [107 milhões de brasileiros sobreviviam com 17 reais por dia em 2022, diz IBGE](#)
29. [Industrial segue sem confiança na economia em maio, diz CNI](#)
30. [Economia: Rio Grande do Norte recebe mais um investimento em geração solar](#)
31. [107,077 milhões de brasileiros sobreviviam com R\\$ 17,90 por dia em 2022, diz IBGE](#)
32. [107,077 milhões de brasileiros sobreviviam com R\\$ 17,90 por dia em 2022, diz IBGE](#)
33. [Ministério lança plataforma de acompanhamento do comércio eletrônico](#)
34. [Ministério lança plataforma de acompanhamento do comércio eletrônico](#)
35. [Ministério lança plataforma de acompanhamento do comércio eletrônico](#)
36. [IBGE aumenta previsão da safra de 2023 para 302,1 milhões de toneladas](#)
37. [Cristiane sobre taxaço de água bruta no RN: “Conta pesada que inviabiliza a agricultura”](#)
38. [Capas de Jornais](#)
39. [GRÁFICOS](#)

RELATÓRIO

O presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB) participou nesta segunda-feira (08) de um encontro de trabalho realizado pela **Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio)**, no salão de eventos do **Hotel-escola Barreira Roxa**. O objetivo do encontro foi promover maior proximidade entre as instituições.

Nesta quinta-feira (11), a Prefeitura do Assú, através do Prefeito Gustavo Soares, recebeu a visita do presidente do Sindivarejo da cidade, Francisco de Assis Barbosa, que apresentou o documento de confirmação que o **Sistema Fecomércio** irá realizar, durante os festejos juninos de Assú em 2023, a pesquisa de impacto econômico do evento na cidade.

O Dia das Mães é marcado pela procura dos filhos por um presente ideal e também pela expectativa de comerciantes de diferentes segmentos em expandir suas vendas. Para este ano, o otimismo se faz presente. Segundo levantamento da **Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do RN (Fecomercio RN)**, 79,2% dos consumidores natalenses pretendem ir às compras para este Dia das Mães. O índice é superior ao registrado no ano passado, quando 61% tinham intenção de presentear nesta data comemorativa. Em 2021, o percentual foi de 59,4%; em 2020 (ano mais atingido pela pandemia da covid-19) de 46,9%. A projeção, para este ano, é de uma injeção de cerca de R\$ 90 milhões no comércio natalense.

Ler é viajar sem sair do lugar, e melhor ainda quando os livros saem ao encontro dos leitores. Nesta quarta-feira (10), a Escola Municipal Presidente Arthur da Costa e Silva recebeu a visita do projeto **Bibliosesc** que está proporcionando uma experiência fantástica para os alunos envolvendo narração de histórias, empréstimo de livros e oficinas. Eles tiveram um dia repleto de leitura dentro do caminhão que é uma verdadeira biblioteca volante.

Nesta quinta-feira, 11, a unidade Mossoró do **Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN)**, a 280 quilômetros de Natal, receberá o projeto Circuito Saúde, que tem como propósito oferecer atendimentos gratuitos à população. O evento é aberto ao público e gratuito, com atendimentos das 9h às 15h.

O **Senac** está com inscrições abertas para quem deseja concorrer a bolsas de estudo em Cursos de Ensino a Distância – EAD. Para o Rio Grande do Norte, são 64 cursos disponíveis, em diversas áreas de atuação e carga horária que varia de 20h até 1.960h. Interessados podem se inscrever acessando o endereço eletrônico www.ead.senac.br/gratuito/. As inscrições são limitadas ao número de vagas disponíveis para cada capacitação.

A parceria entre o **Senac RN** e a Prefeitura de Viçosa formou, no final de abril, 40 novos profissionais nos cursos de Cozinheiro(a) e de Garçom. O encerramento dos cursos foi marcado por um jantar de formatura, organizado pelos próprios concluintes com a orientação do instrutor Paulo Jales, que ministrou os dois cursos.

Natal (RN), 11 de maio de 2023 – Parceiro da Feira de Municípios e Produtos Turísticos do RN (Femptur), o **Sistema Fecomércio RN** terá um estande montado durante os dois dias de evento, que ocorrerá nos dias 12 e 13 de maio, no Centro de Convenções de Natal. No espaço da Fecomércio, os visitantes poderão conhecer as ações desenvolvidas pela instituição para promoção do turismo e conferir o portfólio de cursos Senac na área da gastronomia. O destaque ficará por conta das ações gastronômicas que serão realizadas pelos alunos com supervisão dos instrutores-chefs do **Senac Barreira Roxa**.

O caminho para o desenvolvimento de Natal através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada foi discutido nesta quarta-feira (10) em uma audiência pública realizada pela Câmara Municipal, através de uma proposição do vereador Felipe Alves (União Brasil) e que contou com a presença de representantes do setor produtivo, parlamentares e titulares de secretarias municipais.

Para além da tendência, a 9ª Femptur - Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN traz ao público, nesta edição, o “Espaço Femptur Sustentabilidade”, para tratar sobre a importância das práticas sustentáveis junto ao setor turístico. A Feira, já consolidada no calendário de eventos do Rio Grande do Norte, será realizada nos dias 12 e 13 de maio, no Centro de Convenções de Natal, das 14h às 22h, com programação totalmente gratuita.

A Prefeitura de Touros no litoral norte potiguar promoveu cerimônia de entrega dos certificados dos cursos de Gestão de Pequenos Negócios em Comércio e Serviços e de Gestão de Boas Práticas no Manejo de Alimentos, ministrados pelo **SENAC**, através do Governo Cidadão e a Secretaria do Estado de Turismo em parceria com a Prefeitura Municipal de Touros.

Na manhã de hoje (09/05), a Secretária de Turismo, Umbelina Lopes, participou da reunião realizada pela Instância de Governança Regional Vale Mar – IGR. A reunião aconteceu no **SENAC**/Assú e contou com Secretários Municipais de Turismo, Cultura, COMTUR, SETURN, Membros da IGR – Vale Mar e demais convidados.

A Assembleia Legislativa promoveu, através do mandato da deputada Cristiane Dantas (SDD), audiência pública, na tarde desta quarta-feira (10), para discutir os impactos, a legalidade e os possíveis prejuízos à sociedade, em virtude da possibilidade de cobrança da água bruta por parte do Governo do Estado. O encontro contou com a presença de autoridades do Poder Público municipal e estadual, além de representantes de entidades públicas e privadas ligadas aos setores afetados com a possível medida, como Agricultura, Pecuária, Carcinicultura e Indústrias da água mineral e da cana de açúcar.

Um dos assuntos que mais tem sido comentado e que inclusive tem ganhado espaço na construção civil, é a sustentabilidade. Isso porque a população tem buscado manter um consumo mais equilibrado, procurando reutilizar quando possível, fazer a coleta seletiva, tudo isso para reduzir o impacto ambiental. E essa preocupação tem se estendido ainda para as fontes de energia, porque uma vida sustentável passa também pela utilização de energias limpas nas moradias, como por exemplo, a solar.

Após um empobrecimento recorde dos brasileiros no segundo ano da pandemia de covid-19, a metade mais pobre da população teve um aumento de renda em 2022, tanto pela recuperação na geração de vagas do mercado de trabalho quanto pela expansão de programas de transferência de renda em meio à corrida eleitoral.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) aumentou 0,4 ponto, de 48,8 pontos para 49,2 pontos entre abril e maio de 2023. A pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a leve alta ainda não foi suficiente para retirar o empresário da indústria do estado de falta de confiança em que se encontra desde março deste ano.

Impulsionada pela pandemia da covid-19, a crescente venda de produtos e serviços pela internet motivou países e organizações a buscarem formas mais eficazes de diagnosticar a evolução do comércio eletrônico.

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Brasil deve fechar 2023 em 302,1 milhões de toneladas. Caso a safra se confirme, será 14,8% superior (com mais 39 milhões de toneladas) ao resultado do ano passado (263,2 milhões de toneladas).

Assembleia Legislativa e Fecomércio alinham parcerias em prol do desenvolvimento do RN.

Link	https://eliasjornalista.com/assembleia-legislativa-e-fecomercio-alinham-parcerias-em-prol-do-desenvolvimento-do-rn/
Data da publicação	10/05/2023
Veículo	BLOG ELIAS MEDEIROS
Classificação	POSITIVO

[Assembleia Legislativa e Fecomércio alinham parcerias em prol do desenvolvimento do RN.](#)



Crédito João Gilberto/ALRN.

O presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB) participou nesta segunda-feira (08) de um encontro de trabalho realizado pela **Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio)**, no salão de eventos do **Hotel-escola Barreira Roxa**. O objetivo do encontro foi promover maior proximidade entre as instituições.

“A Assembleia Legislativa está de braços abertos para apoiar e colaborar com o desenvolvimento e o crescimento do Rio Grande do Norte. Essa parceria com a Fecomércio e com os que fazem a economia desse Estado nos torna ainda mais próximos das soluções de problemas que afligem a população”, disse Ezequiel Ferreira ao discursar no evento.

Na ocasião o **presidente da Fecomércio, Marcelo Fernandes Queiroz**, detalhou a atuação do Sistema Fecomércio, formada pelo Sesc, Senac e Instituto Fecomércio, destacou a possibilidade de

parcerias entre as instituições e apresentou a agenda legislativa dos segmentos do comércio, serviços e turismo para 2023.

“Esse é um momento de estreitamento dos laços entre a Casa do Povo e o Sistema Fecomércio. Apresentamos aos deputados os nossos números, reforçamos a importância da nossa instituição para o comércio e propomos parcerias que resultarão em benefícios para o povo. Juntos poderemos fazer muito mais pelo desenvolvimento desse Estado”, ressaltou Marcelo Queiroz

O evento foi prestigiado ainda pelos deputados Dr. Kerginaldo (PSDB), Luiz Eduardo (SDD), Neilton Diógenes (PL), Ubaldo Fernandes (PSDB), Dr. Bernardo (PSDB), Taveira Júnior (União), Kleber Rodrigues (PSDB), Tomba Faria (PSDB), Eudiane Macedo (PV), Divaneide Basílio (PT), Terezinha Maia (PL), Isolda Dantas (PT), Francisco do PT, Coronel Azevedo (PL), que receberam a Agenda Institucional com propostas e recomendações do Sistema do Comércio para o desenvolvimento do País.

No encontro foi servido um almoço especialmente preparado por docentes e alunos do Hotel-escola Barreira Roxa.

Sindivarejo Assú confirma que Fecomércio realizará pesquisa de impacto financeiro no São João 2023

Link	https://blogdofm.com.br/sindivarejo-assu-confirma-que-fecomercio-realizara-pesquisa-de-impacto-financeiro-no-sao-joao-2023/
Data da publicação	10/05/2023
Veículo	BLOG DO FM
Classificação	POSITIVO

Sindivarejo Assú confirma que Fecomércio realizará pesquisa de impacto financeiro no São João 2023



FOTO: DIVULGAÇÃO

Nesta quinta-feira (11), a Prefeitura do Assú, através do Prefeito Gustavo Soares, recebeu a visita do presidente do Sindivarejo da cidade, Francisco de Assis Barbosa, que apresentou o documento de confirmação que o **Sistema Fecomércio** irá realizar, durante os festejos juninos de Assú em 2023, a pesquisa de impacto econômico do evento na cidade.

Desde 2022, a Prefeitura conta com o respaldo técnico da pesquisa sobre o impacto financeiro positivo do São João, confirmando que as festividades vão além do cunho social, com crescimento econômico, quando traz para o município milhares de visitantes e turistas que consomem fortemente durante os dias de evento.

Em 2022, o São João de Assú gerou uma movimentação financeira de R\$ 72,3 milhões, sendo a média de movimentação financeira por residentes de R\$ 16,8 milhões e de visitantes/turistas de R\$ 55,5 milhões. A entidade relatou os dados que mostram os altos índices positivos relacionados aos festejos. 63,8% afirmaram na época que nada desagradou durante a realização do evento, 96% afirmaram que pretendem retornar aos festejos do São João do Assú e 99,1% confirmaram que recomendariam a festa para parentes e/ou amigos.

Sindivarejo Assú confirma que Fecomércio realizará pesquisa de impacto financeiro no São João 2023

Link	https://assu.rn.gov.br/sindivarejo-assu-confirma-que-fecomercio-realizara-pesquisa-de-impacto-financeiro-no-sao-joao-2023/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	SITE ASSU
Classificação	POSITIVO

Sindivarejo Assú confirma que Fecomércio realizará pesquisa de impacto financeiro no São João 2023



Nesta quinta-feira (11), a Prefeitura do Assú, através do Prefeito Gustavo Soares, recebeu a visita do presidente do Sindivarejo da cidade, Francisco de Assis Barbosa, que apresentou o documento de confirmação que o **Sistema Fecomércio** irá realizar, durante os festejos juninos de Assú em 2023, a pesquisa de impacto econômico do evento na cidade.

Desde 2022, a Prefeitura conta com o respaldo técnico da pesquisa sobre o impacto financeiro positivo do São João, confirmando que as festividades vão além do cunho social, com crescimento econômico, quando traz para o município milhares de visitantes e turistas que consomem fortemente durante os dias de evento.

Em 2022, o São João de Assú gerou uma movimentação financeira de R\$ 72,3 milhões, sendo a média de movimentação financeira por residentes de R\$ 16,8 milhões e de visitantes/turistas de R\$ 55,5 milhões. A entidade relatou os dados que mostram os altos índices positivos relacionados aos festejos. 63,8% afirmaram na época que nada desagradou durante a realização do evento, 96% afirmaram que pretendem retornar aos festejos do São João do Assú e 99,1% confirmaram que recomendariam a festa para parentes e/ou amigos.

Lojistas do RN esperam aquecimento de vendas com o Dia das Mães

Link	https://cidadenewsitaurn.blogspot.com/2023/05/lojistas-do-rn-esperam-aquecimento-de.html
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG CIDADE NEWS ITAÚ
Classificação	POSITIVO

Lojistas do RN esperam aquecimento de vendas com o Dia das Mães

O Dia das Mães é marcado pela procura dos filhos por um presente ideal e também pela expectativa de comerciantes de diferentes segmentos em expandir suas vendas. Para este ano, o otimismo se faz presente. Segundo levantamento da **Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do RN (Fecomercio RN)**, 79,2% dos consumidores natalenses pretendem ir às compras para este Dia das Mães. O índice é superior ao registrado no ano passado, quando 61% tinham intenção de presentear nesta data comemorativa. Em 2021, o percentual foi de 59,4%; em 2020 (ano mais atingido pela pandemia da covid-19) de 46,9%. A projeção, para este ano, é de uma injeção de cerca de R\$ 90 milhões no comércio natalense.

Magnus Nascimento



CDL projeta um gasto médio pelo consumidor, na capital potiguar, de R\$ 258 para o Dia das Mães

Ainda segundo o levantamento da **Fecomércio**, os itens preferidos dos natalenses serão vestuário, com 32,2% das intenções de compra. Perfumes e cosméticos corresponderam a 30,1% dos presentes, além de calçados ou bolsas (13,7%) e eletrodomésticos (9,5%). Outros 3,8% vão presentear com acessórios ou joias. Para 44%, as promoções e ofertas vão determinar a escolha do item de compra.

O aquecimento de vendas beneficia comércios de diferentes segmentos. No Alecrim, a supervisora de vendas da loja de vestuário Outlet, Barbara Ayumi, afirma que o número de consumidores cresceu no estabelecimento nesta semana. Além dos filhos que buscam um presente, há também comerciantes de lojas menores, que buscam produtos para revenda. "As datas comemorativas sempre trazem aquela esperança de que as vendas irão aumentar. Já temos a procura de mães e filhos, mas as vendas devem crescer próximo ao domingo, já que a maioria acaba deixando as vendas para última hora", disse.

Segundo Barbara, blusas são as peças de roupas mais procuradas pelos filhos que querem presentear suas mães. Entre os consumidores na loja, há também as mães que decidiram comprar um presente para si mesmas. "Nós estamos adquirindo roupas pensando nas mães que irão usá-las. Algumas usam coisas mais "senhora", mas há outras que se vestem de um jeito bem jovem", afirmou.

Na loja de tecnologia Magazine Luíza, a gerente Cleyciane Rodrigues relata que o movimento de consumidores está alto. "O mercado desse ano está surpreendendo. Há filhos que estão querendo presentear mães com uma geladeira ou uma máquina de lavar, por exemplo. Outros estão procurando presentes como um celular ou uma TV", disse ela.

Ela também acredita que as vendas desse ano irão superar as do ano passado. "Desde o início dessa semana, filhos visitam a loja para comprar um presente para as mães. Aqui, a loja está cheia e o fluxo de consumidores é alto".

Nas ruas do Alecrim, a técnica de enfermagem Francielly Dantas conta que está a procura de roupas para presentear a mãe, Lúcia, que mora em São Paulo. Segundo ela, a data não passa esquecida, e Dona Lúcia sempre é presenteada com algo novo. "Se eu der a mesma coisa para ela, não tem graça. É bom fazer isso e ela gosta. É sempre uma surpresa para ela", disse.

A vendedora Silvana Kelly também aproveitará o Dia das Mães para presentear e rever a sua mãe, Maria, que vive em Guamaré, cidade da Costa Branca potiguar. Ela conta que, geralmente, apenas consegue ver a mãe durante as festas de fim de ano. "A gente passa muito tempo sem se ver. É muito bom quando temos esses momentos. É uma data que precisamos estar próximos das nossas mães, porque nunca sabemos como será o dia de amanhã", comentou.

Segundo o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal (CDL) José Lacerda, o Dia das Mães pode trazer a retomada de um bom fluxo econômico para as lojas e pontos comerciais em Natal, que foram impactados pela onda de ataques criminosos no território potiguar em março. "O comércio está apostando muito no dia das mães, fazendo ofertas e promoções. A gente tá acreditando que será um dia bom para o comércio", afirmou.

Lacerda também relatou que a diminuição dos consumidores ocorreu em abril, sendo o aumento do ICMS um dos responsáveis pelo

cenário de queda."O aumento da alíquota de imposto também afetou o psicológico da população em abril. É como a gente costuma dizer: um avião não cai por um fator só. Há vários fatores que causaram a retração do comércio nesse período". Sobre as vendas, o presidente da CDL afirmou que o ticket médio (média do valor que será gasto pelos consumidores) será de R\$ 258.

Para o presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, o Dia das Mães terá um saldo financeiro positivo, impulsionado pelo fluxo de consumidores. "A expectativa é muito boa para o Dia das Mães. Há um ciclo favorável dentro dessa dinâmica de datas comemorativas", afirmou.

Fonte: Tribuna do Norte

Parnamirim recebe, mais uma vez, o projeto Bibliosesc.

Link	https://eliasjornalista.com/parnamirim-recebe-mais-uma-vez-o-projeto-bibliosesc/
Data da publicação	10/05/2023
Veículo	BLOG ELIAS MEDEIROS
Classificação	POSITIVO

[Parnamirim recebe, mais uma vez, o projeto Bibliosesc.](https://eliasjornalista.com/parnamirim-recebe-mais-uma-vez-o-projeto-bibliosesc/)



Crédito Ana Amaral/Prefeitura Parnamirim.

Ler é viajar sem sair do lugar, e melhor ainda quando os livros saem ao encontro dos leitores. Nesta quarta-feira (10), a Escola Municipal Presidente Arthur da Costa e Silva recebeu a visita do projeto Bibliosesc que está proporcionando uma experiência fantástica para os alunos envolvendo narração de histórias, empréstimo de livros e oficinas. Eles tiveram um dia repleto de leitura dentro do caminhão que é uma verdadeira biblioteca volante.

O projeto conta com a parceria do Rio de Leitura e iniciou com 3500 livros. Hoje as crianças têm acesso a mais de 5 mil exemplares. Durante a semana outras escolas também receberão a presença dessa caravana da leitura, dentre elas, a Escola Municipal Professora Francisca Avelino Batista, no bairro Parque de Exposições e Escola Municipal Professora Jacira Medeiros de Sousa Silva.

Para o mediador do Bibliosesc, Tazio Igor, é uma boa oportunidade de possibilitar o prazer da leitura através do empréstimo de livros. “O projeto tem essa ideia de levar a leitura até as crianças, indo há lugares que não possuem tanto acesso aos livros. Essa é a essência”, falou.

O processo de empréstimo dos exemplares é realizado de forma simples onde os leitores fazem a devolução após um mês. A mediadora da biblioteca, professora Regiane Fernandes, comenta sobre essa atividade de grande importância. “Foi fantástico poder receber o Bibliosesc. Apesar de nossa escola

possuir uma biblioteca com um vasto número de livros, achei interessante poder oferecer a experiência da leitura móvel, algo bem diferente para os nossos alunos”, comentou.

O projeto está recebendo doações que deverão ser feitas por meio do SESC. Somente livros literários e que estiverem em boas condições serão aceitos.

Bibliosesc

Atua desde 2005 como um serviço de biblioteca itinerante, composto por unidades móveis instaladas em caminhões-baú com carroceria adaptada, que percorrem um roteiro de localidades pré-definido, com o objetivo primordial de formar leitores. O atendimento oferecido ao público é totalmente gratuito percorrendo diversos bairros da cidade. O Sesc acredita que a leitura abre as portas para um mundo mágico, cheio de possibilidades e auxilia no desenvolvimento de futuros cidadãos.

Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde

Link	https://blogdofm.com.br/sesc-mossoro-recebe-acao-gratuita-de-servicos-em-saude/
Data da publicação	10/05/2023
Veículo	BLOG DO FM
Classificação	POSITIVO

Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde



FOTO: DIVULGAÇÃO

Nesta quinta-feira, 11, a unidade Mossoró do **Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN)**, a 280 quilômetros de Natal, receberá o projeto Circuito Saúde, que tem como propósito oferecer atendimentos gratuitos à população. O evento é aberto ao público e gratuito, com atendimentos das 9h às 15h.

A programação contempla ações como: vacinação, teste rápido para Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), aferição de pressão arterial, testagem de glicemia, orientações nutricionais, atividades físicas, auriculoterapia, acupuntura, orientação em saúde bucal, aplicação de flúor,

corde de cabelo masculino, ações culturais e serviços sociais diversos, como orientações jurídicas e emissão de credenciais para estacionamento (Pessoa com Deficiência – PCD e Idoso).

As atividades acontecerão nas dependências do Sesc Mossoró e conta com a parceria da Fecomércio RN, Senac, Prefeitura de Mossoró, Universidade Potiguar (UNP), Ana Clara Costa Terapia Integrativa e Orolaser.

A Unidade Sesc Mossoró é a maior unidade do regional, com uma área de 48.000m² oferecendo sala de cinema, biblioteca, restaurante, estrutura escolar completa, campos de futebol society e futebol de campo, espaços para socialização com churrasqueiras, salão de jogos, consultórios odontológicos, academia e piscinas. Anualmente a unidade beneficia em média 150 mil pessoas com as ações sistemáticas e projetos pontuais em educação, cultura, saúde, lazer, e assistência.

Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde nesta quinta

Link	https://www.novonoticias.com.br/sesc-mossoro-recebe-acao-gratuita-de-servicos-em-saude-nesta-quinta/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	NOVO NOTÍCIAS
Classificação	POSITIVO

Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde nesta quinta

O projeto Circuito Saúde do Sesc acontece nesta quinta-feira, a partir das 09h, na unidade do Sesc Mossoró

Por NOVO Notícias



Sesc Mossoró – Foto: Divulgação

Nesta quinta-feira, 11, a unidade Mossoró do **Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN)**, a 280 quilômetros de Natal, receberá o projeto Circuito Saúde, que tem como propósito oferecer atendimentos gratuitos à população. O evento é aberto ao público e gratuito, com atendimentos das 9h às 15h.

A programação contempla ações como: vacinação, teste rápido para Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), aferição de pressão arterial, testagem de

glicemia, orientações nutricionais, atividades físicas, auriculoterapia, acupuntura, orientação em saúde bucal, aplicação de flúor, corte de cabelo masculino, ações culturais e serviços sociais diversos, como orientações jurídicas e emissão de credenciais para estacionamento (Pessoa com Deficiência – PCD e Idoso). **Leia também:**

[Circuito Sesc de Corridas entra nos últimos dias de inscrição](#)

[Projeto de lei pode retirar recursos e prejudicar Sesc e Senac de todo o país](#)

As atividades acontecerão nas dependências do Sesc Mossoró e conta com a parceria da Fecomércio RN, Senac, Prefeitura de Mossoró, Universidade Potiguar (UNP), Ana Clara Costa Terapia Integrativa e Orolaser.

A Unidade Sesc Mossoró é a maior unidade do regional, com uma área de 48.000m² oferecendo sala de cinema, biblioteca, restaurante, estrutura escolar completa, campos de futebol society e futebol de campo, espaços para socialização com churrasqueiras, salão de jogos, consultórios odontológicos, academia e piscinas. Anualmente a unidade beneficia em média 150 mil pessoas com as ações sistemáticas e projetos pontuais em educação, cultura, saúde, lazer, e assistência.

Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde nesta quinta

Link	https://ruraldemossoro.com.br/2023/05/10/sesc-mossoro-recebe-acao-gratuita-de-servicos-em-saude/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG RURAL DE MOSSORÓ
Classificação	POSITIVO

Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde



Imagem: Reprodução

Nesta quinta-feira, 11, a unidade Mossoró do **Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN)**, a 280 quilômetros de Natal, receberá o projeto Circuito Saúde, que tem como propósito oferecer atendimentos gratuitos à população. O evento é aberto ao público e gratuito, com atendimentos das 9h às 15h.

A programação contempla ações como: vacinação, teste rápido para Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), aferição de pressão arterial, testagem de glicemia, orientações nutricionais, atividades físicas, auriculoterapia, acupuntura, orientação em saúde bucal, aplicação de flúor, corte de cabelo masculino, ações culturais e serviços sociais diversos, como orientações jurídicas e emissão de credenciais para estacionamento (Pessoa com Deficiência – PCD e Idoso). As atividades acontecerão nas dependências do Sesc Mossoró e conta com a parceria da Fecomércio RN, Senac, Prefeitura de Mossoró, Universidade Potiguar (UNP), Ana Clara Costa Terapia Integrativa e Orolaser.

A Unidade Sesc Mossoró é a maior unidade do regional, com uma área de 48.000m² oferecendo sala de cinema, biblioteca, restaurante, estrutura escolar completa, campos de futebol society e futebol de campo, espaços para socialização com churrasqueiras, salão de jogos, consultórios odontológicos, academia e piscinas. Anualmente a unidade beneficia em média 150 mil pessoas com as ações sistemáticas e projetos pontuais em educação, cultura, saúde, lazer, e assistência.

Serviço:

O que: Projeto Circuito Sesc de Saúde em Mossoró

Quando: 11 de maio

Horário: das 09h às 15h

Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde nesta quinta (11)

Link	https://portaldooeste.com/2023/05/10/sesc-mossoro-recebe-acao-gratuita-de-servicos-em-saude-nesta-quinta-11/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	PORTAL DO OESTE
Classificação	POSITIVO

Sesc Mossoró recebe ação gratuita de serviços em saúde nesta quinta (11)



Nesta quinta-feira, 11, a unidade Mossoró **do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN)**, a 280 quilômetros de Natal, receberá o projeto Circuito Saúde, que tem como propósito oferecer atendimentos gratuitos à população. O evento é aberto ao público e gratuito, com atendimentos das 9h às 15h.

A programação contempla ações como: vacinação, teste rápido para Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), aferição de pressão arterial, testagem de glicemia, orientações nutricionais, atividades físicas, auriculoterapia, acupuntura, orientação em saúde bucal, aplicação de flúor, corte de cabelo masculino, ações

culturais e serviços sociais diversos, como orientações jurídicas e emissão de credenciais para estacionamento (Pessoa com Deficiência – PCD e Idoso).As atividades acontecerão nas dependências do Sesc Mossoró e conta com a parceria da Fecomércio RN, Senac, Prefeitura de Mossoró, Universidade Potiguar (UNP), Ana Clara Costa Terapia Integrativa e Orolaser.

A Unidade Sesc Mossoró é a maior unidade do regional, com uma área de 48.000m² oferecendo sala de cinema, biblioteca, restaurante, estrutura escolar completa, campos de futebol society e futebol de campo, espaços para socialização com churrasqueiras, salão de jogos, consultórios odontológicos, academia e piscinas. Anualmente a unidade beneficia em média 150 mil pessoas com as ações sistemáticas e projetos pontuais em educação, cultura, saúde, lazer, e assistência.

Senac RN está com mais de 480 vagas para Bolsas de Estudo em cursos EAD

Link	https://gustavonegreiros.com.br/2023/05/11/senac-rn-esta-com-mais-de-480-vagas-para-bolsas-de-estudo-em-cursos-ead
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG GUSTAVO NEGREIROS
Classificação	POSITIVO

Senac RN está com mais de 480 vagas para Bolsas de Estudo em cursos EAD

O **Senac** está com inscrições abertas para quem deseja concorrer a bolsas de estudo em Cursos de Ensino a Distância – EAD. Para o Rio Grande do Norte, são 64 cursos disponíveis, em diversas áreas de atuação e carga horária que varia de 20h até 1.960h. Interessados podem se inscrever acessando o endereço eletrônico www.ead.senac.br/gratuito/. As inscrições são limitadas ao número de vagas disponíveis para cada capacitação.

Alguns cursos terão início imediato, a partir da finalização da matrícula. Ao finalizar a formação, todos os participantes receberão certificados com validade em todo território nacional. Ao todo, estão disponíveis 484 vagas para o RN. Entre os cursos disponíveis, estão os de Gestão de Salões de Beleza, Fundamentos para o Relacionamento Interpessoal, Informática Básica com Internet e Mídias Sociais, Lógica de Programação, Operador de Computador, Administração do Tempo, Administração Financeira de Eventos, Comunicação Empresarial, Desenvolvimento de Equipes, Estratégias de Negociação e outros.

O programa de bolsas de estudos do Senac é viabilizado por meio do PSG, que estabelece critérios para seleção. Entre eles, o interessado deverá ter uma renda familiar mensal per capita que não ultrapasse dois salários mínimos federais. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento das informações disponíveis na guia "Pré-requisitos" de cada curso e certificar-se de que atende a todos os critérios exigidos. A seleção será realizada considerando os seguintes critérios: seleção por Estado; seleção para o curso oferecido, conforme disponibilidade de vagas; classificação obtida pela ordem de inscrição no curso pelo candidato; e comprovação do atendimento da documentação exigida para a matrícula. As inscrições ficam abertas até que todas as vagas sejam preenchidas.

“Os formatos remotos para trabalho e estudo estão cada vez mais estabelecidos como opções viáveis. Esta oferta do Senac se adapta à essas novas realidades e oferece oportunidades únicas de qualificação. Aqui no RN, os potiguares terão acesso a uma formação gratuita em uma instituição que é referência na qualificação de profissionais sintonizados com o mercado”, pontua o diretor regional do Senac, Raniery Pimenta.

Senac RN e prefeitura de Viçosa formam 40 novos profissionais na área da gastronomia

Link	https://natalemfoco.com.br/cidades/senac-rn-e-prefeitura-de-vicosa-formam-40-novos-profissionais-na-area-da-gastronomia/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG NATAL EM FOCO
Classificação	POSITIVO

Senac RN e prefeitura de Viçosa formam 40 novos profissionais na área da gastronomia



A parceria entre o **Senac RN** e a Prefeitura de Viçosa formou, no final de abril, 40 novos profissionais nos cursos de Cozinheiro(a) e de Garçom.

O encerramento dos cursos foi marcado por um jantar de formatura, organizado pelos próprios concluintes com a orientação do instrutor Paulo Jales, que ministrou os dois cursos.

Os 24 formandos do curso de Cozinheiro ficaram responsáveis pela escolha do cardápio e preparação dos pratos. Já os 16 alunos do curso de Garçom fizeram a recepção e serviram os convidados.

O evento contou com a presença da gestora da SEMTHAS, Dalva Vieira; do Consultor Comercial do SENAC, Felipe Radamés; do Instrutor das turmas, Paulo Jales; alunos e convidados.

Ascom.

Sistema Fecomércio RN realiza ações gastronômicas do Senac na 9ªFemptur

Link	https://blogdofm.com.br/sistema-fecomercio-rn-realiza-acoes-gastronomicas-do-senac-na-9afemptur/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG DO FM
Classificação	POSITIVO

Sistema Fecomércio RN realiza ações gastronômicas do Senac na 9ªFemptur

Natal (RN), 11 de maio de 2023 – Parceiro da Feira de Municípios e Produtos Turísticos do RN (Femptur), o **Sistema Fecomércio RN** terá um estande montado durante os dois dias de evento, que ocorrerá nos dias 12 e 13 de maio, no Centro de Convenções de Natal. No espaço da Fecomércio, os visitantes poderão conhecer as ações desenvolvidas pela instituição para promoção do turismo e conferir o portfólio de cursos **Senac** na área da gastronomia. O destaque ficará por conta das ações gastronômicas que serão realizadas pelos alunos com supervisão dos instrutores-chefs do Senac Barreira Roxa.

Nesta 9ª edição, a Femptur reunirá cerca de 40 municípios em estandes expositores dos principais atrativos turísticos. A Feira também contará com participação de empresas do segmento, como receptivos, agências de viagens, startups e instituições de fomento da atividade turística e artesanato. A estimativa é de 80 estandes expositores. O evento é gratuito e aberto ao público.

Entre as ações que estarão disponíveis no estande da Fecomércio, um dos destaques será a apresentação do Sistema de Inteligência Turística do RN (Sírio), iniciativa realizada em parceria com o Governo do Estado que oferece dados e informações estratégicas aos empresários do trade turístico. Para as prefeituras, será demonstrado o Programa de Desenvolvimento Local – DEL Turismo -metodologia alemã que tem o objetivo de fortalecer a economia local de cidades, por meio da cooperação entre poder público, trade turístico local e sociedade civil. O DEL já foi implementado em 10 municípios potiguares, por meio de parceria entre o **Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac**, e prefeituras.

“Sabemos que eventos como a Femptur movimentam o setor turístico do nosso estado, pois reúnem o trade em um ambiente que impulsiona a troca de experiências, compartilhamento de ideias e prospecção de negócios. O Sistema Fecomércio RN, como entidade representativa dos setores do comércio, serviços e turismo, entende a importância de colaborar e participar dessa rica oportunidade”, comenta o **presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz.**

Audiência na Câmara debateu importância de Parcerias Público Privadas para Natal

Link	https://natalemfoco.com.br/natal/audiencia-na-camara-debateu-importancia-de-parcerias-publico-privadas-para-natal/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG NATAL EM FOCO
Classificação	NEUTRO

Audiência na Câmara debateu importância de Parcerias Público Privadas para Natal



Foto: Lorena Veríssimo

O caminho para o desenvolvimento de **Natal** através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada foi discutido nesta quarta-feira (10) em uma audiência pública realizada pela Câmara Municipal, através de uma proposição do vereador Felipe Alves (União Brasil) e que contou

com a presença de representantes do setor produtivo, parlamentares e titulares de secretarias municipais.

O proponente do debate falou sobre a ideia de modernizar e simplificar a lei municipal 6.182/2011, que especifica normas para a licitação e contratação das Parcerias Público Privada (PPPs). “Precisa ser modernizada para que, ao invés de trazer dificuldades e problemas, garanta segurança jurídica aos investidores. Também vamos propor que no âmbito da prefeitura haja uma estrutura voltada exclusivamente para os projetos de PPPs”, sugeriu Felipe Alves (União Brasil), destacando ainda a necessidade da elaboração de um inventário com os potenciais equipamentos a serem objeto dessas parcerias.

Secretários municipais presentes à audiência enfatizaram que, para os projetos de PPPs prosperarem e atraírem o interesse da iniciativa privada, é preciso garantir infraestrutura e viabilidade técnica e econômica. Parques, estacionamentos, mercados e cemitérios públicos foram alguns equipamentos citados pelo procurador geral do município, Thiago Tavares, como passíveis de parcerias. “Nenhum parceiro vem sem entender que há viabilidade econômica, técnica e segurança jurídica. Todas essas concessões são pensadas para a melhoria do serviço para a população. Estamos estruturando os órgãos municipais porque é necessária uma secretaria específica para dar start a esses processos”, declarou.

Representantes de entidades do setor produtivo como da Associação Brasileira da Indústria dos Hotéis (ABIH), **Fecomércio/RN**, Fiern, Sinduscon/RN, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RN), Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Banco do Nordeste (BNB) destacaram a necessidade do município avançar no sentido de implementar uma política de parcerias.

“Percebemos que existe um alinhamento da parte da gestão pública com a classe produtiva. Entendemos que o município não está estruturado para esse momento, tamanho é o desafio. Mas é um desafio que não pode mais ser adiado”, enfatizou o empresário Marcelo Rosado, diretor da Fiern.

“Esperamos que tudo o que foi discutido aqui seja colocado em prática. Precisamos unir esforços para podermos viabilizar os equipamentos turísticos dessa cidade recuperar essa que é a principal atividade econômica da cidade”, pontuou o presidente da ABIH/RN, Abdon Gosson.

A vereadora Nina Souza (PDT), o deputado estadual Adjuto Dias (MDB) e o deputado federal Paulinho Freire (União Brasil) também participaram da audiência.

Texto: Cláudio Oliveira

Fotos: Lorena Veríssimo

Audiência na Câmara debate sobre parcerias público-privadas para Natal

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/audia-ncia-na-ca-mara-debate-sobre-parcerias-paoblico-privadas-para-natal/563608
Data da publicação	10/05/2023
Veículo	TRIBUNA DO NORTE
Classificação	NEUTRO

Audiência na Câmara debate sobre parcerias público-privadas para Natal

O caminho para o desenvolvimento de Natal através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada foi discutido nesta quarta-feira (10) em uma audiência pública realizada pela Câmara Municipal, através de uma proposição do vereador Felipe Alves (União Brasil) e que contou com a presença de representantes do setor produtivo, parlamentares e titulares de secretarias municipais.

Lorena Veríssimo



Foto: Lorena Veríssimo

O proponente do debate falou sobre a ideia de modernizar e simplificar a lei municipal 6.182/2011, que especifica normas para a licitação e contratação das Parcerias Público Privada

(PPPs). "Precisa ser modernizada para que, ao invés de trazer dificuldades e problemas, garanta segurança jurídica aos investidores. Também vamos propor que no âmbito da prefeitura haja uma estrutura voltada exclusivamente para os projetos de PPPs", sugeriu Felipe Alves (União Brasil), destacando ainda a necessidade da elaboração de um inventário com os potenciais equipamentos a serem objeto dessas parcerias.

Secretários municipais presentes à audiência enfatizaram que, para os projetos de PPPs prosperarem e atraírem o interesse da iniciativa privada, é preciso garantir infraestrutura e viabilidade técnica e econômica. Parques, estacionamentos, mercados e cemitérios públicos foram alguns equipamentos citados pelo procurador geral do município, Thiago Tavares, como passíveis de parcerias. "Nenhum parceiro vem sem entender que há viabilidade econômica, técnica e segurança jurídica. Todas essas concessões são pensadas para a melhoria do serviço para a população. Estamos estruturando os órgãos municipais porque é necessária uma secretaria específica para dar start a esses processos", declarou.

Representantes de entidades do setor produtivo como da Associação Brasileira da Indústria dos Hotéis (ABIH), **Fecomércio/RN**, Fiern, Sinduscon/RN, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RN), Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Banco do Nordeste (BNB) destacaram a necessidade do município avançar no sentido de implementar uma política de parcerias.

"Percebemos que existe um alinhamento da parte da gestão pública com a classe produtiva. Entendemos que o município não está estruturado para esse momento, tamanho é o desafio. Mas é um desafio que não pode mais ser adiado", enfatizou o empresário Marcelo Rosado, diretor da Fiern.

"Esperamos que tudo o que foi discutido aqui seja colocado em prática. Precisamos unir esforços para podermos viabilizar os equipamentos turísticos dessa cidade e recuperar essa que é a principal atividade econômica da cidade", pontuou o presidente da ABIH/RN, Abdon Gosson.

A vereadora Nina Souza (PDT), o deputado estadual Adjuto Dias (MDB) e o deputado federal Paulinho Freire (União Brasil) também participaram da audiência.

Práticas sustentáveis aliadas ao turismo ganha espaço na 9ª Femptur que acontece em Natal

Link	https://www.potiguarnoticias.com.br/noticias/55470/praticas-sustentaveis-aliadas-ao-turismo-ganha-espaco-na-9a-femptur-que-acontece-em-natal
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	POTIGUAR NOTÍCIAS
Classificação	NEUTRO

Práticas sustentáveis aliadas ao turismo ganha espaço na 9ª Femptur que acontece em Natal



Foto: Divulgação/G7 Comunicação

Para além da tendência, a 9ª Femptur - Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN traz ao público, nesta edição, o “Espaço Femptur Sustentabilidade”, para tratar sobre a importância das práticas sustentáveis junto ao setor turístico. A Feira, já consolidada no calendário de eventos do Rio Grande do Norte, será realizada nos dias 12 e 13 de maio, no Centro de Convenções de Natal, das 14h às 22h, com programação totalmente gratuita.

Especialista em reunir em um só lugar, as novidades, conceitos e soluções quando o assunto são viagens, passeios, gastronomia, cultura, artesanato e negócios, a Femptur também segue conectada com as práticas ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) e, conseqüentemente, com o bem-estar da sociedade como um todo. Este ano, em parceria com a empresa Bioma Soluções Ambientais, através do Espaço Femptur Sustentabilidade, vai oferecer ao público, informações sobre as aplicações sustentáveis; oficinas voltadas ao tema, além de sorteios e brindes. “Estamos trazendo uma proposta inovadora para o evento, na qual faremos a destinação correta de todo o material reciclável e também a gestão do resíduo orgânico produzido no local. Vamos realizar, por meio de um equipamento biodigestor, a gestão desses resíduos, resultando na produção de gás e biofertilizante, proporcionando ao visitante uma experiência única e transformadora, pois estamos falando aqui de um tipo de resíduo que representa em torno de 54% de tudo que produzimos”, esclarece Marcelo Dantas, CEO da Bioma Soluções Ambientais.

Compõem o Espaço Femptur Sustentabilidade, a empresa Bioma Soluções Ambientais (gestão de resíduos orgânicos - Biodigestores); a Sollido RN (gestão de resíduos recicláveis secos); a Minhocário Berg (gestão de resíduos orgânicos – Compostagem e Vermicompostagem); a Arte de Noelma (gestão de resíduos de papéis – Reciclagem e papel semente) e a PRESERVE PIPA (apresentação de boas práticas de gestão e compras sustentáveis no ramo da hotelaria).

“As empresas e instituições que adotam as práticas ESG, tendem a alcançar outros patamares competitivos, melhores índices de satisfação, bom posicionamento da marca, acesso às linhas de crédito verde e muitas

outras vantagens. Dessa forma, a Femptur buscará um alinhamento constante às questões relacionadas ao tema da sustentabilidade”, ressalta Gustavo Porpino, diretor da Argus Eventos e entusiasta da temática ESG.

Assunto ainda novo para muitos, mas já debatido em grandes eventos, marcas e negócios, as práticas ESG têm alcançado espaços importantes por tratar, de forma conjunta, questões ambientais, sociais e de governança, entre elas: redução na emissão de poluentes e alternativas sustentáveis; boas práticas de embalagens, cuidado e descarte de plásticos e outros materiais; aderência aos direitos trabalhistas; valorização da saúde e segurança no ambiente de trabalho; apoio à diversidade e inclusão; posicionamento em causas e projetos sociais; comportamento e política institucional relacionados às práticas anticorrupção, lavagem de dinheiro e trabalho escravo; valores, postura moral e ética nos negócios; adoção de políticas para o controle dos processos e muitas outras. Esses e outros assuntos estarão em exposição durante a Femptur.

Programação da 9ª Femptur

Com entrada gratuita, este ano o evento traz mais comodidade ao visitante: o credenciamento prévio através do Sympla https://www.sympla.com.br/evento/feira-dos-municipios-e-produtos-turisticos-do-rn-9-femptur/1976465?fbclid=PAAaaAVJe2eo2Xwn4mdwMlOWaRiBnmfazqooPv_-rM2fDTGVVPoi_1b4P-fp0.

São mais de 40 municípios expositores de todas as regiões do Rio Grande do Norte, divulgando a sua hospitalidade, inovações, charme e capacidade de receber turistas do mundo inteiro. Na programação, 20 apresentações culturais, 20 shows musicais, espaço gastronômico e agricultura familiar.

Entre as novidades está a criação do Palco do Músico Potiguar, espaço aberto aos artistas com foco na valorização musical, com capacidade para 3 músicos por vez e apresentações de até 30 minutos. No total, são 20 vagas, sendo 10 por dia. Nesta edição também haverá o “Troféu Femptur de Melhor Estande”, dividido em três modalidades: Ambientação, Originalidade e Interatividade. Desta forma, os municípios expositores poderão concorrer nas categorias citadas e receber troféu de 1º, 2º e 3º lugar. O 1º lugar em Originalidade ganhará uma visita técnica do projeto “Lugares de Charme” para um diagnóstico de potencial turístico.

A 9ª Femptur tem o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através do Governo Cidadão e Grupo Banco Mundial, Prefeitura do Natal, SEBRAE, **Senac RN**, Banco do Nordeste, ABIH-RN, SERHS Natal Grand Hotel e Datashow Brasil. A realização é da Argus Evento.

Vem aí a 9ª Femptur - Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN

Link	https://www.noticiasdorn.com.br/2023/05/vem-ai-9-femptur-feira-dos-municipios-e.html
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG NOTÍCIAS DO RN
Classificação	NEUTRO

Vem aí a 9ª Femptur - Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN



Para além da tendência, a 9ª Femptur - Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN traz ao público, nesta edição, o “Espaço Femptur Sustentabilidade”, para tratar sobre a importância das práticas sustentáveis junto ao setor turístico. A Feira, já consolidada no calendário de eventos do Rio Grande do Norte, será realizada nos dias 12 e 13 de maio, no Centro de Convenções de Natal, das 14h às 22h, com programação totalmente gratuita.

Especialista em reunir em um só lugar, as novidades, conceitos e soluções quando o assunto são viagens, passeios, gastronomia, cultura, artesanato e negócios, a Femptur também segue conectada com as práticas ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) e, conseqüentemente, com o bem-estar da sociedade como um todo. Este ano, em parceria com a empresa Bioma Soluções Ambientais, através do Espaço Femptur Sustentabilidade, vai oferecer ao público, informações sobre as aplicações sustentáveis; oficinas voltadas ao tema, além de sorteios e brindes. “Estamos trazendo uma proposta inovadora para o evento, na qual faremos a destinação correta de todo o material reciclável e também a gestão do resíduo orgânico produzido no local. Vamos realizar, por meio de um equipamento biodigestor, a gestão desses resíduos, resultando na produção de gás e biofertilizante, proporcionando ao visitante uma experiência única e transformadora, pois estamos falando aqui de um tipo de resíduo que representa em torno de 54% de tudo que produzimos”, esclarece Marcelo Dantas, CEO da Bioma Soluções Ambientais.

Compõem o Espaço Femptur Sustentabilidade, a empresa Bioma Soluções Ambientais (gestão de resíduos orgânicos - Biodigestores); a Sollido RN (gestão de resíduos recicláveis secos); a Minhocário Berg (gestão de resíduos orgânicos – Compostagem e Vermicompostagem); a Arte de Noelma (gestão de resíduos de papéis – Reciclagem e papel semente) e a PRESERVE PIPA (apresentação de boas práticas de gestão e compras sustentáveis no ramo da hotelaria).

“As empresas e instituições que adotam as práticas ESG, tendem a alcançar outros patamares competitivos, melhores índices de satisfação, bom posicionamento da marca, acesso às linhas de crédito verde e muitas outras vantagens. Dessa forma, a Femptur buscará um alinhamento constante às questões relacionadas ao tema da sustentabilidade”, ressalta Gustavo Porpino, diretor da Argus Eventos e entusiasta da temática ESG.

Assunto ainda novo para muitos, mas já debatido em grandes eventos, marcas e negócios, as práticas ESG têm alcançado espaços importantes por tratar, de forma conjunta, questões ambientais, sociais e de governança, entre elas: redução na emissão de poluentes e alternativas sustentáveis; boas práticas de embalagens, cuidado e descarte de plásticos e outros materiais; aderência aos direitos trabalhistas; valorização da saúde e segurança no ambiente de trabalho; apoio à diversidade e inclusão; posicionamento em causas e projetos sociais; comportamento e política institucional relacionados às práticas anticorrupção, lavagem de dinheiro e trabalho escravo; valores, postura moral e ética nos negócios; adoção de políticas para o controle dos processos e muitas outras. Esses e outros assuntos estarão em exposição durante a Femptur.

Programação da 9ª Femptur

Com entrada gratuita, este ano o evento traz mais comodidade ao visitante: o credenciamento prévio através do Sympla https://www.simpla.com.br/evento/feira-dos-municipios-e-produtos-turisticos-do-rn-9-femptur/1976465?fbclid=PAAaaAVJe2eo2Xwn4mdwMIOWaRiBnmfazqooPv_rM2fDTGVVPoi_1b4P-fp0.

São mais de 40 municípios expositores de todas as regiões do Rio Grande do Norte, divulgando a sua hospitalidade, inovações, charme e capacidade de receber turistas do mundo inteiro. Na programação, 20

apresentações culturais, 20 shows musicais, espaço gastronômico e agricultura familiar.

Entre as novidades está a criação do Palco do Músico Potiguar, espaço aberto aos artistas com foco na valorização musical, com capacidade para 3 músicos por vez e apresentações de até 30 minutos. No total, são 20 vagas, sendo 10 por dia. Nesta edição também haverá o “Troféu Femptur de Melhor Estande”, dividido em três modalidades: Ambientação, Originalidade e Interatividade. Desta forma, os municípios expositores poderão concorrer nas categorias citadas e receber troféu de 1º, 2º e 3º lugar. O 1º lugar em Originalidade ganhará uma visita técnica do projeto “Lugares de Charme” para um diagnóstico de potencial turístico.

A 9ª Femptur tem o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através do Governo Cidadão e Grupo Banco Mundial, Prefeitura do Natal, SEBRAE, **Senac RN**, Banco do Nordeste, ABIH-RN, SERHS Natal Grand Hotel e Datashow Brasil. A realização é da Argus Eventos.

Serviço

Data: 12 e 13 de maio de 2023

Local: Centro de Convenções de Natal - Via Costeira

Hora: 14h às 22h

Entrada Gratuita

Acompanhe tudo sobre a Femptur pelo Instagram: @femptur

Touros: Prefeitura entrega certificados a alunos dos cursos de Gestão de Pequenos Negócios e Boas Práticas

Link	https://blogdeassis.com.br/2023/touros-prefeitura-entrega-certificados-a-alunos-dos-cursos-de-gestao-de-pequenos-negocios-e-boas-praticas/305748/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG DE ASSIS
Classificação	NEUTRO

Touros: Prefeitura entrega certificados a alunos dos cursos de Gestão de Pequenos Negócios e Boas Práticas



A Prefeitura de Touros no litoral norte potiguar promoveu cerimônia de entrega dos certificados dos cursos de Gestão de Pequenos Negócios em Comércio e Serviços e de Gestão de Boas Práticas no Manejo de Alimentos, ministrados pelo **SENAC**, através do Governo Cidadão e a Secretaria do Estado de Turismo em parceria com a Prefeitura Municipal de Touros.

A entrega dos certificados foi realizada com a participação da secretaria de Turismo de Touros/RN. O curso objetiva aprimorar os conhecimentos na área contribuindo para o desenvolvimento do município.

O aprendizado adquirido certamente fará a diferença no mercado de trabalho e na qualidade dos serviços prestados à população.

Secretária Municipal de Turismo participa de Reunião da IGR Vale Mar em Assu

Link	https://blogdeolhonorn.com.br/secretaria-municipal-de-turismo-participa-de-reuniao-da-igr-vale-mar-em-assu/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG DE OLHO NO RN
Classificação	NEUTRO

Secretária Municipal de Turismo participa de Reunião da IGR Vale Mar em Assu



Na manhã de hoje (09/05), a Secretária de Turismo, Umbelina Lopes, participou da reunião realizada pela Instância de Governança Regional Vale Mar – IGR. A reunião aconteceu no **SENAC**/Assú e contou com Secretários Municipais de Turismo, Cultura, COMTUR, SETURN, Membros da IGR – Vale Mar e demais convidados.

O momento abordou pontos importantes para o desenvolvimento Turístico das cidades que compõe a IGR: Itajá, Assu, Ipanguaçu e Porto do Mangue, também como preparar seu negócio para o Turismo.

Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na ALRN

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/impactos-e-legalidade-da-cobrana-a-de-a-gua-bruta-pelo-governo-sa-o-discutidos-na-alrn/563670
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	TRIBUNA DO NORTE
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na ALRN

A Assembleia Legislativa promoveu, através do mandato da deputada Cristiane Dantas (SDD), audiência pública, na tarde desta quarta-feira (10), para discutir os impactos, a legalidade e os possíveis prejuízos à sociedade, em virtude da possibilidade de cobrança da água bruta por parte do Governo do Estado.

João Gilberto



Audiência sobre Pagamento da Água Bruta pelo Governo do Estado

O encontro contou com a presença de autoridades do Poder Público municipal e estadual, além de representantes de entidades públicas e privadas ligadas aos setores afetados com a possível medida, como Agricultura, Pecuária, Carcinicultura e Indústrias da água mineral e da cana de açúcar.

Cristiane Dantas iniciou seu discurso deixando claro que é contra a proposta de iniciativa do governo estadual. “É preciso dar transparência a um assunto que afeta a vida de toda a população. Esse é um dos grandes objetivos desta audiência pública. E por que mais transparência? Porque a proposta de taxação, por meio da minuta de um decreto da governadora Fátima Bezerra, até o momento não foi apresentada para ser discutida com a sociedade, com esta Casa e, especialmente, com os segmentos diretamente afetados pela iniciativa”, enfatizou.

João Gilberto



Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na AL

A parlamentar ilustrou a proposta com o exemplo de um produtor rural no município de Serra Negra do Norte. “Esse pequeno produtor, tem 12 hectares de terra e faz cultivo de macaxeira, milho e feijão. Sua plantação é irrigada com poço escavado e instalado com recursos próprios, porque lá a distribuição de água pela Caern não chega. Pois bem, pela minuta do decreto, ele vai ter de pagar pelo uso da água do poço das suas terras. Ou ele paga essa conta ou não vai poder utilizar essa água da qual o Estado vai passar a se apropriar”, recriminou.

Segundo Cristiane, essa mesma situação se aplica à produção agrícola da fruticultura irrigada, do plantio de cana de açúcar, do beneficiamento do couro, das cerâmicas, da mineração e das fontes de água mineral.

“Para as indústrias, que têm a água como insumo essencial, a cobrança da minuta é de \$0,45 (quarenta e cinco centavos) por metro cúbico de água. É uma conta pesada, que inviabiliza a agricultura, os produtores e a pequena indústria do nosso Estado”, repudiou a parlamentar.

Ainda de acordo com a deputada, 93% do território do RN é situado no semiárido, e a realidade é a escassez de água. “Vivenciamos isso nos últimos oito anos com diversos municípios em estado de calamidade por falta d’água. Foi o caso de Luiz Gomes, localizado na tromba do elefante. E onde estava o Governo do Estado nessa crise? Qual foi a água ofertada para a população? Esse município foi abastecido por carros-pipa custeados pelo Governo Federal. E agora o Estado vai querer cobrar por uma água de um poço que não escavou nem instalou; por uma água que a Caern não distribui. Isso é um massacre para toda população. Essa é uma medida que vai inviabilizar negócios, a vida do pequeno agricultor e produtor e até a maior indústria”, detalhou.

Finalizando seu discurso, Cristiane Dantas frisou que é preciso trazer luz sobre os impactos, os prejuízos e a legalidade da referida proposta de decreto. “Por enquanto, ela tem sido recusada nas reuniões dos conselhos deliberativos, exatamente pela falta de discussão pública. E, por último, eu quero destacar que, da minha parte, além da iniciativa desta audiência pública, já manifesto que faremos os encaminhamentos legais que forem necessários para combater essa proposta abusiva de taxaço do uso da água”, concluiu.

Em seguida, o secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Paulo Lopes Varella Neto, fez uma explanação detalhada sobre a situação do abastecimento de água por todo o Estado, enaltecendo o potencial de desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Além disso, ele falou sobre o histórico e a legislação envolvendo a cobrança da distribuição da água no Brasil.

“A água se tornou um bem de domínio público a partir da Constituição de 1988, que determinou a criação de uma Política de Recursos Hídricos. Então, foi criada a Lei Nacional das Águas, em 8 de janeiro de 1997. Essa lei explica que a água é dotada de valor econômico e institui que ela deve ser cobrada para dar sustentabilidade financeira e eficiência econômica, incentivando a racionalização”, explicou.

O secretário disse também que a questão do decreto de cobrança da água bruta “não é uma iniciativa do governo, mas de todo um sistema”. “Esta Casa aprovou a própria Lei 6.908, em 1996, e é essa legislação que cria os instrumentos de gestão e cobrança. Nós queremos fazer o decreto mais democrático possível. Estamos indo conversar, setor por setor. Já fomos na Fiern, Fecomércio e muitas outras entidades. Não queremos impor nada. O decreto ainda está em construção e ele vai sair quando a sociedade fechá-lo”, garantiu.

Ainda de acordo com o secretário estadual, a cobrança servirá para que as barragens sejam mais bem conservadas e para que sejam feitos mais investimentos na área produtiva.

“Esses recursos irão financiar estudos, projetos, programas de incentivo; irão custear atividades administrativas e obras hídricas, como criação e manutenção de barragens e poços. Nós temos um grande potencial na mão, só precisamos fazer um debate sério. Não passa na

nossa cabeça prejudicar nenhuma população mais vulnerável. O Ceará, por exemplo, já cobra desde 1996. A Paraíba já está bem avançada nessa prática também. Pernambuco está começando o processo agora”, argumentou.

Também presente ao evento, o deputado estadual Gustavo Carvalho (PSDB) se posicionou contrário à intenção do Governo do Estado. “Eu serei extremamente técnico aqui, pensando no viés do desenvolvimento, mas também não posso deixar de falar o que está na minha consciência. A água é realmente essencial ao desenvolvimento. Reflitam: o nosso Estado tem um grande potencial, sendo o maior produtor e exportador de sal, um grande produtor de frutas, tem força na carcinicultura. E por que a referência aqui foi a Paraíba? Porque lá tem se buscado ajudar o empreendedor, diferente do que é feito aqui. Nós deveríamos buscar o desenvolvimento de forma justa, taxando os gigantes e esquecendo os pequenos”, iniciou.

Continuando sua fala, o parlamentar pleiteou ao governo estadual que siga o Estatuto das Águas. “Essa legislação se baseia nos pilares de servir a dessedentação humana, animal e a irrigação agrícola. Por que o governo não cuida disso? Ele quer taxar a água salobra como se fosse recurso hídrico. Isso tudo é questão de gerência. Então, eu peço aos assessores e deputados governistas que tentem fazer o Governo do Estado entender que este não é o momento de realizar essa medida, porque o resultado seria a perda de competitividade e inúmeros prejuízos para o RN como um todo”, concluiu.

Na sequência, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do RN (Faern), José Vieira, destacou que, ao longo dos anos, o setor vem diminuindo cada vez mais no Estado.

“Há 10 anos, nós tínhamos 87 mil produtores rurais, e hoje esse número é de apenas 63 mil produtores, a grande maioria de moradores. O governo diz que quem produz e quem gera emprego devem ser cobrados. É assim que ele está tratando o setor produtivo. Se a professora Fátima, que é de origem popular, tomar mesmo essa atitude, ela vai ser conhecida como a ‘cobradora da água’. E isso é muito triste, porque em vez de estarmos discutindo desenvolvimento, programas e projetos, estamos aqui apelando para que o setor produtivo não seja mais taxado”, lamentou.

O presidente da Faern criticou as situações e os valores que poderão ser cobrados com a instituição da medida, bem como a falta de atenção ao desperdício da própria Caern.

“A gente vai ser cobrado por água salobra, que não é utilizada. Por água de poço, no período do inverno, em 25%; já no período de seca, esse valor será de 50%. Ou seja, em vez de ajudar, num momento mais difícil, o governo vai atrapalhar. E eu acho engraçado que ninguém discute o desperdício da Caern, que chega a 48%. Isso ninguém discute. O Estado, antes de nos cobrar, precisa primeiro fazer o dever de casa. E a população é que vai pagar a conta. Então, isso tudo nos preocupa bastante”, destacou.

Segundo Hermano Neto, presidente da Associação dos Plantadores de Cana do RN (Asplan), a possível taxação da água irá inviabilizar principalmente as agroindústrias do Estado.

“E vale salientar que a irrigação da cana é extremamente sazonal, ou seja, não é feita o ano inteiro. Mas, mesmo assim, iremos pagar por isso. E, para deixar claro, o nosso setor da cana de açúcar não foi procurado em momento nenhum, mesmo sendo talvez o setor que mais gere emprego no Estado”, criticou.

Já a presidente da ONG Navima, Rosimeire Dantas, contou que, no ano passado, a minuta do decreto foi levada para ser discutida com os Comitês de Bacia Hidrográfica e, na ocasião, o seu grupo decidiu por ser contrário à proposta.

“Se a gente for observar, nem todas as bacias estão contempladas com seus respectivos comitês, então começa daí a grande deficiência do Estado, porque nem todos têm representação. Então, como você quer partir para uma cobrança dessa, sem a participação de todos os envolvidos? Por isso, o Comitê do Pitimbu discutiu e chegou à conclusão de que a cobrança, neste momento, é inviável e vai afetar demais o setor produtivo”, opinou.

Por fim, o secretário estadual da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, Guilherme Saldanha, disse que o referido assunto começou a se tornar público desde dezembro do ano passado.

“Esse tema é muito delicado para o governo estadual, pois quem recomendou a cobrança foram dois órgãos: primeiro, o Tribunal de Contas da União, o qual afirmou que só aprovaria a transposição do São Francisco para quem aplicasse a cobrança de água. E, segundo, da própria ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), através de resolução, sob o mesmo argumento. Então, a cobrança da água é necessária por lei, sob risco de a governadora ser acusada de improbidade”, ressaltou.

Ainda segundo o secretário, a preocupação é, principalmente, discutir com todos os setores interessados.

“Isso é extremamente necessário, pois esse tema é muito polêmico, nós sabemos disso. Ele pode causar um impacto, por exemplo, na fruticultura, se ele não for bem conduzido. Nossas grandes empresas podem acabar quebrando ou indo para estados vizinhos. E isso é muito ruim. São vários empregos que são gerados aqui no Estado. Além disso, a medida pode causar impactos enormes na Caern e nas prefeituras. Portanto, nada será feito de maneira impositiva, sem dialogar com todos os setores, devido à importância da questão”, pontuou.

**Assembleia Legislativa debate sobre os impactos da cobrança do Governo do RN
sobre água bruta**

Link	https://www.potiguarnoticias.com.br/noticias/55466/assembleia-legislativa-debate-sobre-os-impactos-da-cobranca-do-governo-do-rn-sobre-agua-bruta
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	POTIGUAR NOTÍCIAS
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Assembleia Legislativa debate sobre os impactos da cobrança do Governo do RN sobre água bruta



Foto: Divulgação/AL-RN

A Assembleia Legislativa promoveu, através do mandato da deputada Cristiane Dantas (SDD), audiência pública, na tarde desta quarta-feira (10), para discutir os impactos, a legalidade e os possíveis prejuízos à sociedade, em virtude da possibilidade de cobrança da água bruta por parte do Governo do Estado. O encontro contou com a presença de autoridades do Poder Público municipal e estadual, além de representantes de entidades públicas e privadas ligadas aos setores afetados com a possível medida, como Agricultura, Pecuária, Carcinicultura e Indústrias da água mineral e da cana de açúcar.

Cristiane Dantas iniciou seu discurso deixando claro que é contra a proposta de iniciativa do governo estadual. “É preciso dar transparência a um assunto que afeta a vida de toda a população. Esse é um dos grandes objetivos desta audiência pública. E por que mais transparência? Porque a proposta de taxaço, por meio da minuta de um decreto da governadora Fátima Bezerra, até o momento não foi apresentada para ser discutida com a sociedade, com esta Casa e, especialmente, com os segmentos diretamente afetados pela iniciativa”, enfatizou.

A parlamentar ilustrou a proposta com o exemplo de um produtor rural no município de Serra Negra do Norte. “Esse pequeno produtor, tem 12 hectares de terra e faz cultivo de macaxeira, milho e feijão. Sua plantação é irrigada com poço escavado e instalado com recursos próprios, porque lá a distribuição de água pela Caern não chega. Pois bem, pela minuta do decreto, ele vai ter de pagar pelo uso da água do poço das suas terras. Ou ele paga essa conta ou não vai poder utilizar essa água da qual o Estado vai passar a se apropriar”, recriinou.

Segundo Cristiane, essa mesma situação se aplica à produção agrícola da fruticultura irrigada, do plantio de cana de açúcar, do beneficiamento do couro, das cerâmicas, da mineração e das fontes de água mineral.

“Para as indústrias, que têm a água como insumo essencial, a cobrança da minuta é de \$0,45 (quarenta e cinco centavos) por metro cúbico de água. É uma conta pesada, que inviabiliza a agricultura, os produtores e a pequena indústria do nosso Estado”, repudiou a parlamentar.

Ainda de acordo com a deputada, 93% do território do RN é situado no semiárido, e a realidade é a escassez de água. “Vivenciamos isso nos últimos oito anos com diversos municípios em estado de calamidade por

falta d'água. Foi o caso de Luiz Gomes, localizado na tromba do elefante. E onde estava o Governo do Estado nessa crise? Qual foi a água ofertada para a população? Esse município foi abastecido por carros-pipa custeados pelo Governo Federal. E agora o Estado vai querer cobrar por uma água de um poço que não escavou nem instalou; por uma água que a Caern não distribui. Isso é um massacre para toda população. Essa é uma medida que vai inviabilizar negócios, a vida do pequeno agricultor e produtor e até a maior indústria”, detalhou.

Finalizando seu discurso, Cristiane Dantas frisou que é preciso trazer luz sobre os impactos, os prejuízos e a legalidade da referida proposta de decreto. “Por enquanto, ela tem sido recusada nas reuniões dos conselhos deliberativos, exatamente pela falta de discussão pública. E, por último, eu quero destacar que, da minha parte, além da iniciativa desta audiência pública, já manifesto que faremos os encaminhamentos legais que forem necessários para combater essa proposta abusiva de taxaço do uso da água”, concluiu.

Em seguida, o secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Paulo Lopes Varella Neto, fez uma explanação detalhada sobre a situação do abastecimento de água por todo o Estado, enaltecendo o potencial de desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Além disso, ele falou sobre o histórico e a legislação envolvendo a cobrança da distribuição da água no Brasil.

“A água se tornou um bem de domínio público a partir da Constituição de 1988, que determinou a criação de uma Política de Recursos Hídricos. Então, foi criada a Lei Nacional das Águas, em 8 de janeiro de 1997. Essa lei explica que a água é dotada de valor econômico e institui que ela deve ser cobrada para dar sustentabilidade financeira e eficiência econômica, incentivando a racionalização”, explicou.

O secretário disse também que a questão do decreto de cobrança da água bruta “não é uma iniciativa do governo, mas de todo um sistema”. “Esta Casa aprovou a própria Lei 6.908, em 1996, e é essa legislação que cria os instrumentos de gestão e cobrança. Nós queremos fazer o decreto mais democrático possível. Estamos indo conversar, setor por setor. Já fomos na Fiern, Fecomércio e muitas outras entidades. Não queremos impor nada. O decreto ainda está em construção e ele vai sair quando a sociedade fechá-lo”, garantiu.

Ainda de acordo com o secretário estadual, a cobrança servirá para que as barragens sejam mais bem conservadas e para que sejam feitos mais investimentos na área produtiva. “Esses recursos irão financiar estudos, projetos, programas de incentivo; irão custear atividades administrativas e obras hídricas, como criação e manutenção de barragens e poços. Nós temos um grande potencial na mão, só precisamos fazer um debate sério. Não passa na nossa cabeça prejudicar nenhuma população mais vulnerável. O Ceará, por exemplo, já cobra desde 1996. A Paraíba já está bem avançada nessa prática também. Pernambuco está começando o processo agora”, argumentou.

Também presente ao evento, o deputado estadual Gustavo Carvalho (PSDB) se posicionou contrário à intenção do Governo do Estado. “Eu serei extremamente técnico aqui, pensando no viés do desenvolvimento, mas também não posso deixar de falar o que está na minha consciência. A água é realmente essencial ao desenvolvimento. Reflitam: o nosso Estado tem um grande potencial, sendo o maior produtor e exportador de sal, um grande produtor de frutas, tem força na carnicultura. E por que a referência aqui foi a Paraíba? Porque lá tem se buscado ajudar o empreendedor, diferente do que é feito aqui. Nós deveríamos buscar o desenvolvimento de forma justa, taxando os gigantes e esquecendo os pequenos”, iniciou.

Continuando sua fala, o parlamentar pleiteou ao governo estadual que siga o Estatuto das Águas. “Essa legislação se baseia nos pilares de servir a dessedentação humana, animal e a irrigação agrícola. Por que o governo não cuida disso? Ele quer taxar a água salobra como se fosse recurso hídrico. Isso tudo é questão de gerência. Então, eu peço aos assessores e deputados governistas que tentem fazer o Governo do Estado entender que este não é o momento de realizar essa medida, porque o resultado seria a perda de competitividade e inúmeros prejuízos para o RN como um todo”, concluiu.

Na sequência, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do RN (Faern), José Vieira, destacou que, ao longo dos anos, o setor vem diminuindo cada vez mais no Estado. “Há 10 anos, nós tínhamos 87 mil produtores rurais, e hoje esse número é de apenas 63 mil produtores, a grande maioria de moradores. O governo diz que quem produz e quem gera emprego devem ser cobrados. É assim que ele está tratando o setor

produtivo. Se a professora Fátima, que é de origem popular, tomar mesmo essa atitude, ela vai ser conhecida como a ‘cobradora da água’. E isso é muito triste, porque em vez de estarmos discutindo desenvolvimento, programas e projetos, estamos aqui apelando para que o setor produtivo não seja mais taxado”, lamentou.

O presidente da Faern criticou as situações e os valores que poderão ser cobrados com a instituição da medida, bem como a falta de atenção ao desperdício da própria Caern.

“A gente vai ser cobrado por água salobra, que não é utilizada. Por água de poço, no período do inverno, em 25%; já no período de seca, esse valor será de 50%. Ou seja, em vez de ajudar, num momento mais difícil, o governo vai atrapalhar. E eu acho engraçado que ninguém discute o desperdício da Caern, que chega a 48%. Isso ninguém discute. O Estado, antes de nos cobrar, precisa primeiro fazer o dever de casa. E a população é que vai pagar a conta. Então, isso tudo nos preocupa bastante”, destacou.

Segundo Hermano Neto, presidente da Associação dos Plantadores de Cana do RN (Asplan), a possível taxação da água irá inviabilizar principalmente as agroindústrias do Estado. “É vale salientar que a irrigação da cana é extremamente sazonal, ou seja, não é feita o ano inteiro. Mas, mesmo assim, iremos pagar por isso. E, para deixar claro, o nosso setor da cana de açúcar não foi procurado em momento nenhum, mesmo sendo talvez o setor que mais gere emprego no Estado”, criticou.

Já a presidente da ONG Navima, Rosimeire Dantas, contou que, no ano passado, a minuta do decreto foi levada para ser discutida com os Comitês de Bacia Hidrográfica e, na ocasião, o seu grupo decidiu por ser contrário à proposta.

“Se a gente for observar, nem todas as bacias estão contempladas com seus respectivos comitês, então começa daí a grande deficiência do Estado, porque nem todos têm representação. Então, como você quer partir para uma cobrança dessa, sem a participação de todos os envolvidos? Por isso, o Comitê do Pitimbu discutiu e chegou à conclusão de que a cobrança, neste momento, é inviável e vai afetar demais o setor produtivo”, opinou.

Por fim, o secretário estadual da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, Guilherme Saldanha, disse que o referido assunto começou a se tornar público desde dezembro do ano passado. “Esse tema é muito delicado para

o governo estadual, pois quem recomendou a cobrança foram dois órgãos: primeiro, o Tribunal de Contas da União, o qual afirmou que só aprovaria a transposição do São Francisco para quem aplicasse a cobrança de água. E, segundo, da própria ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), através de resolução, sob o mesmo argumento. Então, a cobrança da água é necessária por lei, sob risco de a governadora ser acusada de improbidade”, ressaltou.

Ainda segundo o secretário, a preocupação é, principalmente, discutir com todos os setores interessados. “Isso é extremamente necessário, pois esse tema é muito polêmico, nós sabemos disso. Ele pode causar um impacto, por exemplo, na fruticultura, se ele não for bem conduzido. Nossas grandes empresas podem acabar quebrando ou indo para estados vizinhos. E isso é muito ruim. São vários empregos que são gerados aqui no Estado. Além disso, a medida pode causar impactos enormes na Caern e nas prefeituras. Portanto, nada será feito de maneira impositiva, sem dialogar com todos os setores, devido à importância da questão”, garantiu.

Também estiveram presentes ao debate as deputadas Isolda Dantas (PT) e Divaneide Basílio (PT), além dos deputados Coronel Azevedo (PL), Luiz Eduardo (SDD) e Tomba Farias (PSDB).

Fonte: Assembleia Legislativa

Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na AL

Link	https://natalemfoco.com.br/politica/impactos-e-legalidade-da-cobranca-de-agua-bruta-pelo-governo-sao-discutidos-na-al/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG NATAL EM FOCO
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na AL



A Assembleia Legislativa promoveu, através do mandato da deputada Cristiane Dantas (SDD), audiência pública, na tarde desta quarta-feira (10), para discutir os impactos, a legalidade e os possíveis prejuízos à sociedade, em virtude da possibilidade de cobrança da água bruta por parte do Governo do Estado. O encontro contou com a presença de autoridades do Poder Público municipal e estadual, além de

representantes de entidades públicas e privadas ligadas aos setores afetados com a possível medida, como Agricultura, Pecuária, Carcinicultura e Indústrias da água mineral e da cana de açúcar.

Cristiane Dantas iniciou seu discurso deixando claro que é contra a proposta de iniciativa do governo estadual. “É preciso dar transparência a um assunto que afeta a vida de toda a população. Esse é um dos grandes objetivos desta audiência pública. E por que mais transparência? Porque a proposta de taxaço, por meio da minuta de um decreto da governadora Fátima Bezerra, até o momento não foi apresentada para ser discutida com a sociedade, com esta Casa e, especialmente, com os segmentos diretamente afetados pela iniciativa”, enfatizou.

A parlamentar ilustrou a proposta com o exemplo de um produtor rural no município de Serra Negra do Norte. “Esse pequeno produtor, tem 12 hectares de terra e faz cultivo de macaxeira, milho e feijão. Sua plantação é irrigada com poço escavado e instalado com recursos próprios, porque lá a distribuição de água pela Caern não chega. Pois bem, pela minuta do decreto, ele vai ter de pagar pelo uso da água do poço das suas terras. Ou ele paga essa conta ou não vai poder utilizar essa água da qual o Estado vai passar a se apropriar”, recriminou.

Segundo Cristiane, essa mesma situação se aplica à produção agrícola da fruticultura irrigada, do plantio de cana de açúcar, do beneficiamento do couro, das cerâmicas, da mineração e das fontes de água mineral.

“Para as indústrias, que têm a água como insumo essencial, a cobrança da minuta é de \$0,45 (quarenta e cinco centavos) por metro cúbico de água. É uma conta pesada, que inviabiliza a agricultura, os produtores e a pequena indústria do nosso Estado”, repudiou a parlamentar.

Ainda de acordo com a deputada, 93% do território do RN é situado no semiárido, e a realidade é a escassez de água. “Vivenciamos isso nos últimos oito anos com diversos municípios em estado de calamidade por falta d’água. Foi o caso de Luiz Gomes, localizado na tromba do elefante. E onde estava o Governo do Estado nessa crise? Qual foi a água ofertada para a população? Esse município foi abastecido por carros-pipa

custeados pelo Governo Federal. E agora o Estado vai querer cobrar por uma água de um poço que não escavou nem instalou; por uma água que a Caern não distribui. Isso é um massacre para toda população. Essa é uma medida que vai inviabilizar negócios, a vida do pequeno agricultor e produtor e até a maior indústria”, detalhou.

Finalizando seu discurso, Cristiane Dantas frisou que é preciso trazer luz sobre os impactos, os prejuízos e a legalidade da referida proposta de decreto. “Por enquanto, ela tem sido recusada nas reuniões dos conselhos deliberativos, exatamente pela falta de discussão pública. E, por último, eu quero destacar que, da minha parte, além da iniciativa desta audiência pública, já manifesto que faremos os encaminhamentos legais que forem necessários para combater essa proposta abusiva de taxaço do uso da água”, concluiu.

Em seguida, o secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Paulo Lopes Varella Neto, fez uma explanação detalhada sobre a situação do abastecimento de água por todo o Estado, enaltecendo o potencial de desenvolvimento do [Rio Grande do Norte](#). Além disso, ele falou sobre o histórico e a legislação envolvendo a cobrança da distribuição da água no Brasil.

“A água se tornou um bem de domínio público a partir da Constituição de 1988, que determinou a criação de uma [Política](#) de Recursos Hídricos. Então, foi criada a Lei Nacional das Águas, em 8 de janeiro de 1997. Essa lei explica que a água é dotada de valor econômico e institui que ela deve ser cobrada para dar sustentabilidade financeira e eficiência econômica, incentivando a racionalização”, explicou.

O secretário disse também que a questão do decreto de cobrança da água bruta “não é uma iniciativa do governo, mas de todo um sistema”. “Esta Casa aprovou a própria Lei 6.908, em 1996, e é essa legislação que cria os instrumentos de gestão e cobrança. Nós queremos fazer o decreto mais democrático possível. Estamos indo conversar, setor por setor. Já fomos na Fiern, Fecomércio e muitas outras entidades. Não queremos impor nada. O decreto ainda está em construção e ele vai sair quando a sociedade fechá-lo”, garantiu.

Ainda de acordo com o secretário estadual, a cobrança servirá para que as barragens sejam mais bem conservadas e para que sejam feitos mais investimentos na área produtiva. “Esses recursos irão financiar estudos, projetos, programas de incentivo; irão custear atividades administrativas e obras hídricas, como criação e manutenção de barragens e poços. Nós temos um grande potencial na mão, só precisamos fazer um debate sério. Não passa na nossa cabeça prejudicar nenhuma população mais vulnerável. O Ceará, por exemplo, já cobra desde 1996. A Paraíba já está bem avançada nessa prática também. Pernambuco está começando o processo agora”, argumentou.

Também presente ao evento, o deputado estadual Gustavo Carvalho (PSDB) se posicionou contrário à intenção do Governo do Estado. “Eu serei extremamente técnico aqui, pensando no viés do desenvolvimento, mas também não posso deixar de falar o que está na minha consciência. A água é realmente essencial ao desenvolvimento. Reflitam: o nosso Estado tem um grande potencial, sendo o maior produtor e exportador de sal, um grande produtor de frutas, tem força na carnicultura. E por que a referência aqui foi a Paraíba? Porque lá tem se buscado ajudar o empreendedor, diferente do que é feito aqui. Nós deveríamos buscar o desenvolvimento de forma justa, taxando os gigantes e esquecendo os pequenos”, iniciou.

Continuando sua fala, o parlamentar pleiteou ao governo estadual que siga o Estatuto das Águas. “Essa legislação se baseia nos pilares de servir a dessedentação humana, animal e a irrigação agrícola. Por que o governo não cuida disso? Ele quer taxar a água salobra como se fosse recurso hídrico. Isso tudo é questão de gerência. Então, eu peço aos assessores e deputados governistas que tentem fazer o Governo do Estado entender que este não é o momento de realizar essa medida, porque o resultado seria a perda de competitividade e inúmeros prejuízos para o RN como um todo”, concluiu.

Na sequência, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do RN (Faern), José Vieira, destacou que, ao longo dos anos, o setor vem diminuindo cada vez mais no Estado. “Há 10 anos, nós tínhamos 87 mil

produtores rurais, e hoje esse número é de apenas 63 mil produtores, a grande maioria de moradores. O governo diz que quem produz e quem gera emprego devem ser cobrados. É assim que ele está tratando o setor produtivo. Se a professora Fátima, que é de origem popular, tomar mesmo essa atitude, ela vai ser conhecida como a 'cobradora da água'. E isso é muito triste, porque em vez de estarmos discutindo desenvolvimento, programas e projetos, estamos aqui apelando para que o setor produtivo não seja mais taxado", lamentou.

O presidente da Faern criticou as situações e os valores que poderão ser cobrados com a instituição da medida, bem como a falta de atenção ao desperdício da própria Caern.

"A gente vai ser cobrado por água salobra, que não é utilizada. Por água de poço, no período do inverno, em 25%; já no período de seca, esse valor será de 50%. Ou seja, em vez de ajudar, num momento mais difícil, o governo vai atrapalhar. E eu acho engraçado que ninguém discute o desperdício da Caern, que chega a 48%. Isso ninguém discute. O Estado, antes de nos cobrar, precisa primeiro fazer o dever de casa. E a população é que vai pagar a conta. Então, isso tudo nos preocupa bastante", destacou.

Segundo Hermano Neto, presidente da Associação dos Plantadores de Cana do RN (Asplan), a possível taxação da água irá inviabilizar principalmente as agroindústrias do Estado. "E vale salientar que a irrigação da cana é extremamente sazonal, ou seja, não é feita o ano inteiro. Mas, mesmo assim, iremos pagar por isso. E, para deixar claro, o nosso setor da cana de açúcar não foi procurado em momento nenhum, mesmo sendo talvez o setor que mais gere emprego no Estado", criticou.

Já a presidente da ONG Navima, Rosimeire Dantas, contou que, no ano passado, a minuta do decreto foi levada para ser discutida com os Comitês de Bacia Hidrográfica e, na ocasião, o seu grupo decidiu por ser contrário à proposta.

"Se a gente for observar, nem todas as bacias estão contempladas com seus respectivos comitês, então começa daí a grande deficiência do

Estado, porque nem todos têm representação. Então, como você quer partir para uma cobrança dessa, sem a participação de todos os envolvidos? Por isso, o Comitê do Pitimbu discutiu e chegou à conclusão de que a cobrança, neste momento, é inviável e vai afetar demais o setor produtivo”, opinou.

Por fim, o secretário estadual da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, Guilherme Saldanha, disse que o referido assunto começou a se tornar público desde dezembro do ano passado. “Esse tema é muito delicado para o governo estadual, pois quem recomendou a cobrança foram dois órgãos: primeiro, o Tribunal de Contas da União, o qual afirmou que só aprovaria a transposição do São Francisco para quem aplicasse a cobrança de água. E, segundo, da própria ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), através de resolução, sob o mesmo argumento. Então, a cobrança da água é necessária por lei, sob risco de a governadora ser acusada de improbidade”, ressaltou.

Ainda segundo o secretário, a preocupação é, principalmente, discutir com todos os setores interessados. “Isso é extremamente necessário, pois esse tema é muito polêmico, nós sabemos disso. Ele pode causar um impacto, por exemplo, na fruticultura, se ele não for bem conduzido. Nossas grandes empresas podem acabar quebrando ou indo para estados vizinhos. E isso é muito ruim. São vários empregos que são gerados aqui no Estado. Além disso, a medida pode causar impactos enormes na Caern e nas prefeituras. Portanto, nada será feito de maneira impositiva, sem dialogar com todos os setores, devido à importância da questão”, garantiu.

Também estiveram presentes ao debate as deputadas Isolda Dantas (PT) e Divaneide Basílio (PT), além dos deputados Coronel Azevedo (PL), Luiz Eduardo (SDD) e Tomba Farias (PSDB).

Ascom.

Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na AL

Link	https://djaildo.com/impactos-e-legalidade-da-cobranca-de-agua-bruta-pelo-governo-sao-discutidos-na-al/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG DJ AILDO
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na AL



Redes Sociais



A Assembleia Legislativa promoveu, através do mandato da deputada Cristiane Dantas (SDD), audiência pública, na tarde desta quarta-feira (10), para discutir os impactos, a legalidade e os possíveis prejuízos à sociedade, em virtude da possibilidade de cobrança da água bruta por parte do Governo do Estado. O encontro contou com a presença de autoridades do Poder Público municipal e estadual, além de representantes de entidades públicas e privadas ligadas aos setores afetados com a possível medida, como Agricultura, Pecuária, Carcinicultura e Indústrias da água mineral e da cana de açúcar.

Cristiane Dantas iniciou seu discurso deixando claro que é contra a proposta de iniciativa do governo estadual. “É preciso dar transparência a um assunto que afeta a vida de toda a população. Esse é um dos grandes objetivos desta audiência pública. E por que mais transparência? Porque a proposta de taxaço, por meio da minuta de um decreto da governadora Fátima Bezerra, até o momento não foi apresentada para ser discutida com a sociedade, com esta Casa e, especialmente, com os segmentos diretamente afetados pela iniciativa”, enfatizou.

A parlamentar ilustrou a proposta com o exemplo de um produtor rural no município de Serra Negra do Norte. “Esse pequeno produtor, tem 12 hectares de terra e faz cultivo de macaxeira, milho e feijão. Sua plantação é irrigada com poço escavado e instalado com recursos próprios, porque lá a distribuição de água pela Caern não chega. Pois bem, pela minuta do decreto, ele vai ter de pagar pelo uso da água do poço das suas terras. Ou ele paga essa conta ou não vai poder utilizar essa água da qual o Estado vai passar a se apropriar”, recriminou.

Segundo Cristiane, essa mesma situação se aplica à produção agrícola da fruticultura irrigada, do plantio de cana de açúcar, do beneficiamento do couro, das cerâmicas, da mineração e das fontes de água mineral.

“Para as indústrias, que têm a água como insumo essencial, a cobrança da minuta é de \$0,45 (quarenta e cinco centavos) por metro cúbico de água. É uma conta pesada, que inviabiliza a agricultura, os produtores e a pequena indústria do nosso Estado”, repudiou a parlamentar.

Ainda de acordo com a deputada, 93% do território do RN é situado no semiárido, e a realidade é a escassez de água. “Vivenciamos isso nos últimos oito anos com diversos municípios em estado de calamidade por falta d’água. Foi o caso de Luiz Gomes, localizado na tromba do elefante. E onde estava o Governo do Estado nessa crise? Qual foi a água ofertada para a população? Esse município foi abastecido por carros-pipa custeados pelo Governo Federal. E agora o Estado vai querer cobrar por uma água de um poço que não escavou nem instalou; por uma água que a Caern não distribui. Isso é um massacre para toda população. Essa é uma medida que vai inviabilizar negócios, a vida do pequeno agricultor e produtor e até a maior indústria”, detalhou.

Finalizando seu discurso, Cristiane Dantas frisou que é preciso trazer luz sobre os impactos, os prejuízos e a legalidade da referida proposta de decreto. “Por enquanto, ela tem sido recusada nas reuniões dos conselhos deliberativos, exatamente pela falta de discussão pública. E, por último, eu quero destacar que, da minha parte, além da iniciativa desta audiência pública, já manifesto que faremos os encaminhamentos legais que forem necessários para combater essa proposta abusiva de taxaço do uso da água”, concluiu.

Em seguida, o secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Paulo Lopes Varella Neto, fez uma explanação detalhada sobre a situação

do abastecimento de água por todo o Estado, enaltecendo o potencial de desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Além disso, ele falou sobre o histórico e a legislação envolvendo a cobrança da distribuição da água no Brasil.

“A água se tornou um bem de domínio público a partir da Constituição de 1988, que determinou a criação de uma Política de Recursos Hídricos. Então, foi criada a Lei Nacional das Águas, em 8 de janeiro de 1997. Essa lei explica que a água é dotada de valor econômico e institui que ela deve ser cobrada para dar sustentabilidade financeira e eficiência econômica, incentivando a racionalização”, explicou.

O secretário disse também que a questão do decreto de cobrança da água bruta “não é uma iniciativa do governo, mas de todo um sistema”. “Esta Casa aprovou a própria Lei 6.908, em 1996, e é essa legislação que cria os instrumentos de gestão e cobrança. Nós queremos fazer o decreto mais democrático possível. Estamos indo conversar, setor por setor. Já fomos na Fiern, Fecomércio e muitas outras entidades. Não queremos impor nada. O decreto ainda está em construção e ele vai sair quando a sociedade fechá-lo”, garantiu.

Ainda de acordo com o secretário estadual, a cobrança servirá para que as barragens sejam mais bem conservadas e para que sejam feitos mais investimentos na área produtiva. “Esses recursos irão financiar estudos, projetos, programas de incentivo; irão custear atividades administrativas e obras hídricas, como criação e manutenção de barragens e poços. Nós temos um grande potencial na mão, só precisamos fazer um debate sério. Não passa na nossa cabeça prejudicar nenhuma população mais vulnerável. O Ceará, por exemplo, já cobra desde 1996. A Paraíba já está bem avançada nessa prática também. Pernambuco está começando o processo agora”, argumentou.

Também presente ao evento, o deputado estadual Gustavo Carvalho (PSDB) se posicionou contrário à intenção do Governo do Estado. “Eu serei extremamente técnico aqui, pensando no viés do desenvolvimento, mas também não posso deixar de falar o que está na minha consciência. A água é realmente essencial ao desenvolvimento. Reflitam: o nosso Estado tem um grande potencial, sendo o maior produtor e exportador de sal, um grande produtor de frutas, tem força na carcinicultura. E por que a referência aqui foi a Paraíba? Porque lá tem se buscado ajudar o empreendedor, diferente

do que é feito aqui. Nós deveríamos buscar o desenvolvimento de forma justa, taxando os gigantes e esquecendo os pequenos”, iniciou.

Continuando sua fala, o parlamentar pleiteou ao governo estadual que siga o Estatuto das Águas. “Essa legislação se baseia nos pilares de servir a dessedentação humana, animal e a irrigação agrícola. Por que o governo não cuida disso? Ele quer taxar a água salobra como se fosse recurso hídrico. Isso tudo é questão de gerência. Então, eu peço aos assessores e deputados governistas que tentem fazer o Governo do Estado entender que este não é o momento de realizar essa medida, porque o resultado seria a perda de competitividade e inúmeros prejuízos para o RN como um todo”, concluiu.

Na sequência, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do RN (Faern), José Vieira, destacou que, ao longo dos anos, o setor vem diminuindo cada vez mais no Estado. “Há 10 anos, nós tínhamos 87 mil produtores rurais, e hoje esse número é de apenas 63 mil produtores, a grande maioria de moradores. O governo diz que quem produz e quem gera emprego devem ser cobrados. É assim que ele está tratando o setor produtivo. Se a professora Fátima, que é de origem popular, tomar mesmo essa atitude, ela vai ser conhecida como a ‘cobradora da água’. E isso é muito triste, porque em vez de estarmos discutindo desenvolvimento, programas e projetos, estamos aqui apelando para que o setor produtivo não seja mais taxado”, lamentou.

O presidente da Faern criticou as situações e os valores que poderão ser cobrados com a instituição da medida, bem como a falta de atenção ao desperdício da própria Caern.

“A gente vai ser cobrado por água salobra, que não é utilizada. Por água de poço, no período do inverno, em 25%; já no período de seca, esse valor será de 50%. Ou seja, em vez de ajudar, num momento mais difícil, o governo vai atrapalhar. E eu acho engraçado que ninguém discute o desperdício da Caern, que chega a 48%. Isso ninguém discute. O Estado, antes de nos cobrar, precisa primeiro fazer o dever de casa. E a população é que vai pagar a conta. Então, isso tudo nos preocupa bastante”, destacou.

Segundo Hermano Neto, presidente da Associação dos Plantadores de Cana do RN (Asplan), a possível taxa da água irá inviabilizar principalmente as agroindústrias do Estado. “E vale salientar que a irrigação da cana é extremamente sazonal, ou seja, não é feita o ano inteiro. Mas, mesmo assim,

iremos pagar por isso. E, para deixar claro, o nosso setor da cana de açúcar não foi procurado em momento nenhum, mesmo sendo talvez o setor que mais gere emprego no Estado”, criticou.

Já a presidente da ONG Navima, Rosimeire Dantas, contou que, no ano passado, a minuta do decreto foi levada para ser discutida com os Comitês de Bacia Hidrográfica e, na ocasião, o seu grupo decidiu por ser contrário à proposta.

“Se a gente for observar, nem todas as bacias estão contempladas com seus respectivos comitês, então começa daí a grande deficiência do Estado, porque nem todos têm representação. Então, como você quer partir para uma cobrança dessa, sem a participação de todos os envolvidos? Por isso, o Comitê do Pitimbu discutiu e chegou à conclusão de que a cobrança, neste momento, é inviável e vai afetar demais o setor produtivo”, opinou.

Por fim, o secretário estadual da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, Guilherme Saldanha, disse que o referido assunto começou a se tornar público desde dezembro do ano passado. “Esse tema é muito delicado para o governo estadual, pois quem recomendou a cobrança foram dois órgãos: primeiro, o Tribunal de Contas da União, o qual afirmou que só aprovaria a transposição do São Francisco para quem aplicasse a cobrança de água. E, segundo, da própria ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), através de resolução, sob o mesmo argumento. Então, a cobrança da água é necessária por lei, sob risco de a governadora ser acusada de improbidade”, ressaltou.

Ainda segundo o secretário, a preocupação é, principalmente, discutir com todos os setores interessados. “Isso é extremamente necessário, pois esse tema é muito polêmico, nós sabemos disso. Ele pode causar um impacto, por exemplo, na fruticultura, se ele não for bem conduzido. Nossas grandes empresas podem acabar quebrando ou indo para estados vizinhos. E isso é muito ruim. São vários empregos que são gerados aqui no Estado. Além disso, a medida pode causar impactos enormes na Caern e nas prefeituras. Portanto, nada será feito de maneira impositiva, sem dialogar com todos os setores, devido à importância da questão”, garantiu.

Também estiveram presentes ao debate as deputadas Isolda Dantas (PT) e Divaneide Basílio (PT), além dos deputados Coronel Azevedo (PL), Luiz Eduardo (SDD) e Tomba Farias (PSDB).

Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na AL

Link	https://pensenumanoticia.com.br/impactos-e-legalidade-da-cobranca-de-agua-bruta-pelo-governo-sao-discutidos-na-al/
Data da publicação	10/05/2023
Veículo	BLOG PENSE NUMA NOTÍCIA
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Impactos e legalidade da cobrança de água bruta pelo governo são discutidos na AL



Foto: João Gilberto

A Assembleia Legislativa promoveu, através do mandato da deputada Cristiane Dantas (SDD), audiência pública, na tarde desta quarta-feira (10), para discutir os impactos, a legalidade e os possíveis prejuízos à sociedade, em virtude da possibilidade de cobrança da água bruta por parte do Governo do Estado.

O encontro contou com a presença de autoridades do Poder Público municipal e estadual, além de representantes de entidades públicas e privadas ligadas aos setores afetados com a possível medida, como Agricultura, Pecuária, Carcinicultura e Indústrias da água mineral e da cana de açúcar.

Cristiane Dantas iniciou seu discurso deixando claro que é contra a proposta de iniciativa do governo estadual. “É preciso dar transparência a um assunto que afeta a vida de toda a população. Esse é um dos grandes objetivos desta audiência pública. E por que mais transparência?

Porque a proposta de taxaçaõ, por meio da minuta de um decreto da governadora Fátima Bezerra, até o momento não foi apresentada para ser discutida com a sociedade, com esta Casa e, especialmente, com os segmentos diretamente afetados pela iniciativa”, enfatizou.

A parlamentar ilustrou a proposta com o exemplo de um produtor rural no município de Serra Negra do Norte. “Esse pequeno produtor, tem 12 hectares de terra e faz cultivo de macaxeira, milho e feijão. Sua plantaçaõ é irrigada com poço escavado e instalado com recursos próprios, porque lá a distribuiçaõ de água pela Caern não chega. Pois bem, pela minuta do decreto, ele vai ter de pagar pelo uso da água do poço das suas terras. Ou ele paga essa conta ou não vai poder utilizar essa água da qual o Estado vai passar a se apropriar”, recriminou.

Segundo Cristiane, essa mesma situaçaõ se aplica à produçaõ agrícola da fruticultura irrigada, do plantio de cana de açúcar, do beneficiamento do couro, das cerâmicas, da mineraçaõ e das fontes de água mineral.

“Para as indústrias, que têm a água como insumo essencial, a cobrança da minuta é de \$0,45 (quarenta e cinco centavos) por metro cúbico de água. É uma conta pesada, que inviabiliza a agricultura, os produtores e a pequena indústria do nosso Estado”, repudiou a parlamentar.

Ainda de acordo com a deputada, 93% do território do RN é situado no semiárido, e a realidade é a escassez de água. “Vivenciamos isso nos últimos oito anos com diversos municípios em estado de calamidade por falta d’água. Foi o caso de Luiz Gomes, localizado na tromba do elefante. E onde estava o Governo do Estado nessa crise? Qual foi a água ofertada para a população? Esse município foi abastecido por carros-pipa custeados pelo Governo Federal. E agora o Estado vai querer cobrar por uma água de um poço que não escavou nem

instalou; por uma água que a Caern não distribui. Isso é um massacre para toda população. Essa é uma medida que vai inviabilizar negócios, a vida do pequeno agricultor e produtor e até a maior indústria”, detalhou.

Finalizando seu discurso, Cristiane Dantas frisou que é preciso trazer luz sobre os impactos, os prejuízos e a legalidade da referida proposta de decreto. “Por enquanto, ela tem sido recusada nas reuniões dos conselhos deliberativos, exatamente pela falta de discussão pública. E, por último, eu quero destacar que, da minha parte, além da iniciativa desta audiência pública, já manifesto que faremos os encaminhamentos legais que forem necessários para combater essa proposta abusiva de taxaço do uso da água”, concluiu.

Em seguida, o secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Paulo Lopes Varella Neto, fez uma explanação detalhada sobre a situação do abastecimento de água por todo o Estado, enaltecendo o potencial de desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Além disso, ele falou sobre o histórico e a legislação envolvendo a cobrança da distribuição da água no Brasil.

“A água se tornou um bem de domínio público a partir da Constituição de 1988, que determinou a criação de uma Política de Recursos Hídricos. Então, foi criada a Lei Nacional das Águas, em 8 de janeiro de 1997. Essa lei explica que a água é dotada de valor econômico e institui que ela deve ser cobrada para dar sustentabilidade financeira e eficiência econômica, incentivando a racionalização”, explicou.

O secretário disse também que a questão do decreto de cobrança da água bruta “não é uma iniciativa do governo, mas de todo um sistema”. “Esta Casa aprovou a própria Lei 6.908, em 1996, e é essa legislação que cria os instrumentos de gestão e cobrança. Nós queremos fazer o decreto mais democrático possível. Estamos indo conversar, setor por setor. Já fomos na Fiern, Fecomércio e muitas outras entidades. Não queremos impor nada. O decreto ainda está em construção e ele vai sair quando a sociedade fechá-lo”, garantiu.

Ainda de acordo com o secretário estadual, a cobrança servirá para que as barragens sejam mais bem conservadas e para que sejam feitos mais investimentos na área produtiva. “Esses recursos irão financiar estudos, projetos, programas de incentivo; irão custear atividades administrativas e obras hídricas, como criação e manutenção de barragens e poços. Nós temos um grande potencial na mão, só precisamos fazer um debate sério. Não passa na nossa cabeça

prejudicar nenhuma população mais vulnerável. O Ceará, por exemplo, já cobra desde 1996. A Paraíba já está bem avançada nessa prática também. Pernambuco está começando o processo agora”, argumentou.

Também presente ao evento, o deputado estadual Gustavo Carvalho (PSDB) se posicionou contrário à intenção do Governo do Estado. “Eu serei extremamente técnico aqui, pensando no viés do desenvolvimento, mas também não posso deixar de falar o que está na minha consciência. A água é realmente essencial ao desenvolvimento. Reflitam: o nosso Estado tem um grande potencial, sendo o maior produtor e exportador de sal, um grande produtor de frutas, tem força na carcinicultura. E por que a referência aqui foi a Paraíba? Porque lá tem se buscado ajudar o empreendedor, diferente do que é feito aqui. Nós deveríamos buscar o desenvolvimento de forma justa, taxando os gigantes e esquecendo os pequenos”, iniciou.

Continuando sua fala, o parlamentar pleiteou ao governo estadual que siga o Estatuto das Águas. “Essa legislação se baseia nos pilares de servir a dessedentação humana, animal e a irrigação agrícola. Por que o governo não cuida disso? Ele quer taxar a água salobra como se fosse recurso hídrico. Isso tudo é questão de gerência. Então, eu peço aos assessores e deputados governistas que tentem fazer o Governo do Estado entender que este não é o momento de realizar essa medida, porque o resultado seria a perda de competitividade e inúmeros prejuízos para o RN como um todo”, concluiu.

Na sequência, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do RN (Faern), José Vieira, destacou que, ao longo dos anos, o setor vem diminuindo cada vez mais no Estado. “Há 10 anos, nós tínhamos 87 mil produtores rurais, e hoje esse número é de apenas 63 mil produtores, a grande maioria de moradores. O governo diz que quem produz e quem gera emprego devem ser cobrados. É assim que ele está tratando o setor produtivo. Se a professora Fátima, que é de origem popular, tomar mesmo essa atitude, ela vai ser conhecida como a ‘cobradora da água’. E isso é muito triste, porque em vez de estarmos discutindo desenvolvimento, programas e projetos, estamos aqui apelando para que o setor produtivo não seja mais taxado”, lamentou.

O presidente da Faern criticou as situações e os valores que poderão ser cobrados com a instituição da medida, bem como a falta de atenção ao desperdício da própria Caern.

“A gente vai ser cobrado por água salobra, que não é utilizada. Por água de poço, no período do inverno, em 25%; já no período de seca, esse valor será de 50%. Ou seja, em vez de ajudar, num momento mais difícil, o governo vai atrapalhar. E eu acho engraçado que ninguém discute o desperdício da Caern, que chega a 48%. Isso ninguém discute. O Estado, antes de nos cobrar, precisa primeiro fazer o dever de casa. E a população é que vai pagar a conta. Então, isso tudo nos preocupa bastante”, destacou.

Segundo Hermano Neto, presidente da Associação dos Plantadores de Cana do RN (Asplan), a possível taxação da água irá inviabilizar principalmente as agroindústrias do Estado. “E vale salientar que a irrigação da cana é extremamente sazonal, ou seja, não é feita o ano inteiro. Mas, mesmo assim, iremos pagar por isso. E, para deixar claro, o nosso setor da cana de açúcar não foi procurado em momento nenhum, mesmo sendo talvez o setor que mais gere emprego no Estado”, criticou.

Já a presidente da ONG Navima, Rosimeire Dantas, contou que, no ano passado, a minuta do decreto foi levada para ser discutida com os Comitês de Bacia Hidrográfica e, na ocasião, o seu grupo decidiu por ser contrário à proposta.

“Se a gente for observar, nem todas as bacias estão contempladas com seus respectivos comitês, então começa daí a grande deficiência do Estado, porque nem todos têm representação. Então, como você quer partir para uma cobrança dessa, sem a participação de todos os envolvidos? Por isso, o Comitê do Pitimbu discutiu e chegou à conclusão de que a cobrança, neste momento, é inviável e vai afetar demais o setor produtivo”, opinou.

Por fim, o secretário estadual da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, Guilherme Saldanha, disse que o referido assunto começou a se tornar público desde dezembro do ano passado. “Esse tema é muito delicado para o governo estadual, pois quem recomendou a cobrança foram dois órgãos: primeiro, o Tribunal de Contas da União, o qual afirmou que só aprovaria a transposição do São Francisco para quem aplicasse a cobrança de água. E, segundo, da própria ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), através de resolução, sob o mesmo argumento. Então, a cobrança da água é necessária por lei, sob risco de a governadora ser acusada de improbidade”, ressaltou.

Ainda segundo o secretário, a preocupação é, principalmente, discutir com todos os setores interessados. “Isso é extremamente necessário,

pois esse tema é muito polêmico, nós sabemos disso. Ele pode causar um impacto, por exemplo, na fruticultura, se ele não for bem conduzido. Nossas grandes empresas podem acabar quebrando ou indo para estados vizinhos. E isso é muito ruim. São vários empregos que são gerados aqui no Estado. Além disso, a medida pode causar impactos enormes na Caern e nas prefeituras. Portanto, nada será feito de maneira impositiva, sem dialogar com todos os setores, devido à importância da questão”, garantiu.

Também estiveram presentes ao debate as deputadas Isolda Dantas (PT) e Divaneide Basílio (PT), além dos deputados Coronel Azevedo (PL), Luiz Eduardo (SDD) e Tomba Farias (PSDB).

Compartilhe:

Energia Solar reduz despesas e traz valorização para o imóvel

Link	https://www.blogcardososilva.com.br/energia-solar-reduz-despesas-e-traz-valorizacao-para-o-imovel/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG CARDOSO SILVA
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Energia Solar reduz despesas e traz valorização para o imóvel



Um dos assuntos que mais tem sido comentado e que inclusive tem ganhado espaço na construção civil, é a sustentabilidade. Isso porque a população tem buscado manter um consumo mais equilibrado, procurando reutilizar quando possível, fazer a coleta seletiva, tudo isso para reduzir o impacto ambiental. E essa preocupação tem se estendido ainda para as fontes de energia, porque uma vida sustentável passa também pela utilização de energias limpas nas moradias, como por exemplo, a solar.

E essa realidade é compartilhada pelos moradores de condomínios que contam com as vantagens de ter energia renovável abastecendo as áreas comuns dos empreendimentos, beneficiando as famílias com economia na taxa de condomínio, e o meio ambiente, com o uso de uma energia limpa.

Com essa inovação, se quebra o paradigma, de que energia solar é uma realidade de condomínios de alto padrão, e ainda proporciona uma redução de cerca de 20% na taxa de condomínio, com a geração de energia elétrica própria, captadas por placas solares fotovoltaicas instaladas nos blocos de empreendimentos.

Esse tipo de energia, além de mais barata que outras fontes de energia elétrica, tem outra vantagem, para o morador, já que quando a produção é maior que o seu consumo, o saldo positivo da energia é abatido na fatura do mês seguinte.

E as vantagens não se limitam a economia na conta de luz, mas se estendem ainda ao próprio imóvel. O uso da energia solar valoriza o imóvel o que significa um diferencial na hora da venda ou locação.

Em Caicó a empresa Sol Energy Engenharia faz todo o seu projeto, deixando tudo pronto para a instalação. Entre em contato com nossa equipe através do instagram: **solenergy.eng** ou **(84) 4141-4343**.

107 milhões de brasileiros sobreviviam com 17 reais por dia em 2022, diz IBGE

Link	https://www.jairsampaio.com/107-milhoes-de-brasileiros-sobreviviam-com-17-reais-por-dia-em-2022-diz-ibge/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG JAIR SAMPAIO
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

107 milhões de brasileiros sobreviviam com 17 reais por dia em 2022, diz IBGE

Após um empobrecimento recorde dos brasileiros no segundo ano da pandemia de covid-19, a metade mais pobre da população teve um aumento de renda em 2022, tanto pela recuperação na geração de vagas do mercado de trabalho quanto pela expansão de programas de transferência de renda em meio à corrida eleitoral.

A renda média real domiciliar per capita da metade mais pobre da população brasileira subiu 18,0% em 2022 ante 2021, para R\$ 537 mensais. Ou seja, apesar da melhora, cerca de 107,077 milhões de brasileiros sobreviveram com apenas R\$ 17,90 por dia no ano passado.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2022 – Rendimento de todas as fontes, divulgada nesta quinta-feira, 11, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Se considerados os 5% mais pobres no País, havia 10,7 milhões de pessoas que contavam com somente R\$ 2,90 por dia em 2022, ou R\$ 87 por mês por pessoa da família. Apesar de baixo, o resultado significou um salto de 102,3% em relação a 2021.

Segundo Alessandra Brito, analista do IBGE, as políticas de transferência de renda para mitigar a crise causada pela covid-19 deram um alívio à população mais vulnerável em 2020. No entanto, em 2021, com o enxugamento do Auxílio Emergencial, a renda per capita desceu ao pior resultado da série histórica iniciada em 2012. Em meio à corrida eleitoral à

Presidência em 2022, a mudança do programa Bolsa Família para Auxílio Brasil, com valor maior e ampliação no número de beneficiários, ajudou a turbinar a renda da população mais pobre.

“A gente tem que lembrar que ano passado foi um ano eleitoral. O mercado de trabalho para ele se recuperar é uma coisa mais orgânica, tem a ver com o movimento da economia como um todo. Para aumentar o valor de um programa social, você pode fazer isso com um projeto de lei, ou com uma medida provisória”, explicou Alessandra Brito, analista do IBGE. “Mas você ainda tem o mercado de trabalho contribuindo com mais de 70% da renda do domicílio”, ponderou.

O rendimento médio mensal real domiciliar per capita cresceu de R\$ 1.555 em 2012 para R\$ 1.668 em 2019, quando atingiu o maior valor histórico. Com a pandemia de covid-19, o rendimento domiciliar per capita caiu 4,3% em 2020, seguido por um tombo de 7,0% em 2021, quando foi estimado em R\$ 1.484, o piso da série histórica. Em 2022, a renda média domiciliar per capita voltou a crescer, 6,9%, para R\$ 1.586.

A região Nordeste se manteve com o menor rendimento médio mensal domiciliar per capita no País, R\$ 1.011, enquanto o da região Sul permaneceu o maior, R\$ 1.927.

Os 50% mais pobres do Nordeste sobreviviam com R\$ 348 mensais, ou R\$ 11,60 diários por pessoa da família no ano passado. No Norte, a renda média da metade mais vulnerável foi de R\$ 384 mensais em 2022, R\$ 12,80 diários. Apesar dos valores modestos, o resultado representou um aumento de 26,7% na renda per capita da metade mais pobre no Norte, e 26,1% na do Nordeste.

O salto na renda dos mais pobres reduziu a desigualdade no País. O índice de Gini do rendimento médio domiciliar per capita – indicador que mede a desigualdade de renda, numa escala de 0 a 1 em que, quanto mais perto de 1 o resultado, maior é a concentração de riqueza – recuou de 0,544 em 2021 para 0,518 em 2022, menor resultado da série histórica iniciada em 2012.

Na passagem de 2021 para 2022, o índice de Gini caiu em todas as regiões brasileiras, o que mostra um alívio na desigualdade disseminado pelo País, embora permaneça elevada.

“Houve uma redução importante, mas ainda é um valor bem alto comparado a outros países”, explicou Alessandra Brito.

Entre o 1% mais rico da população, a renda média mensal per capita foi de R\$ 17.447 em 2022, queda de 0,3% ante 2021. Ainda assim, esse pequeno grupo ganhava uma renda média real mensal 32,5 vezes maior que o rendimento da metade mais pobre da população. Houve evolução em relação a 2021, quando essa distância era de 38,4 vezes.

“A desigualdade, por mais que você tenha tido uma melhora, ela é muito estrutural. Você tem um componente muito grande da desigualdade no País”, concluiu Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Estadão Conteúdo

107 milhões de brasileiros sobreviviam com 17 reais por dia em 2022, diz IBGE

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/107-milha-es-de-brasileiros-sobreviviam-com-17-reais-por-dia-em-2022-diz-ibge/563678
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	TRIBUNA DO NORTE
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

107 milhões de brasileiros sobreviviam com 17 reais por dia em 2022, diz IBGE

Após um empobrecimento recorde dos brasileiros no segundo ano da pandemia de covid-19, a metade mais pobre da população teve um aumento de renda em 2022, tanto pela recuperação na geração de vagas do mercado de trabalho quanto pela expansão de programas de transferência de renda em meio à corrida eleitoral.

Alex Régis



Região Nordeste apresentou o menor rendimento médio mensal domiciliar do País

A renda média real domiciliar per capita da metade mais pobre da população brasileira subiu 18,0% em 2022 ante 2021, para R\$ 537 mensais. Ou seja, apesar da melhora, cerca de 107,077 milhões de brasileiros sobreviveram com apenas R\$ 17,90 por dia no ano passado.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2022 - Rendimento de todas as fontes, divulgada nesta quinta-feira, 11, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Se considerados os 5% mais pobres no País, havia 10,7 milhões de pessoas que contavam com somente R\$ 2,90 por dia em 2022, ou R\$ 87 por mês por pessoa da família. Apesar de baixo, o resultado significou um salto de 102,3% em relação a 2021.

Segundo Alessandra Brito, analista do IBGE, as políticas de transferência de renda para mitigar a crise causada pela covid-19 deram um alívio à população mais vulnerável em 2020. No entanto, em 2021, com o enxugamento do Auxílio Emergencial, a renda per capita desceu ao pior resultado da série histórica iniciada em 2012. Em meio à corrida eleitoral à Presidência em 2022, a mudança do programa Bolsa Família para Auxílio Brasil, com valor maior e ampliação no número de beneficiários, ajudou a turbinar a renda da população mais pobre.

"A gente tem que lembrar que ano passado foi um ano eleitoral. O mercado de trabalho para ele se recuperar é uma coisa mais orgânica, tem a ver com o movimento da economia como um todo. Para aumentar o valor de um programa social, você pode fazer isso com um projeto de lei, ou com uma medida provisória", explicou Alessandra Brito, analista do IBGE. "Mas você ainda tem o mercado de trabalho contribuindo com mais de 70% da renda do domicílio", ponderou.

O rendimento médio mensal real domiciliar per capita cresceu de R\$ 1.555 em 2012 para R\$ 1.668 em 2019, quando atingiu o maior valor histórico. Com a pandemia de covid-19, o rendimento domiciliar per capita caiu 4,3% em 2020, seguido por um tombo de 7,0% em 2021, quando foi estimado em R\$ 1.484, o piso da série histórica. Em 2022, a renda média domiciliar per capita voltou a crescer, 6,9%, para R\$ 1.586.

A região Nordeste se manteve com o menor rendimento médio mensal domiciliar per capita no País, R\$ 1.011, enquanto o da região Sul permaneceu o maior, R\$ 1.927.

Os 50% mais pobres do Nordeste sobreviviam com R\$ 348 mensais, ou R\$ 11,60 diários por pessoa da família no ano passado. No Norte, a renda média da metade mais vulnerável foi de R\$ 384 mensais em 2022, R\$ 12,80 diários. Apesar dos valores modestos, o resultado representou um aumento de 26,7% na renda per capita da metade mais pobre no Norte, e 26,1% na do Nordeste.

O salto na renda dos mais pobres reduziu a desigualdade no País. O índice de Gini do rendimento médio domiciliar per capita - indicador que mede a desigualdade de renda, numa escala de 0 a 1 em que, quanto mais perto de 1 o resultado, maior é a concentração de riqueza

- recuou de 0,544 em 2021 para 0,518 em 2022, menor resultado da série histórica iniciada em 2012.

Na passagem de 2021 para 2022, o índice de Gini caiu em todas as regiões brasileiras, o que mostra um alívio na desigualdade disseminado pelo País, embora permaneça elevada.

"Houve uma redução importante, mas ainda é um valor bem alto comparado a outros países", explicou Alessandra Brito.

Entre o 1% mais rico da população, a renda média mensal per capita foi de R\$ 17.447 em 2022, queda de 0,3% ante 2021. Ainda assim, esse pequeno grupo ganhava uma renda média real mensal 32,5 vezes maior que o rendimento da metade mais pobre da população. Houve evolução em relação a 2021, quando essa distância era de 38,4 vezes.

"A desigualdade, por mais que você tenha tido uma melhora, ela é muito estrutural. Você tem um componente muito grande da desigualdade no País", concluiu Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Estadão Conteúdo

Industrial segue sem confiança na economia em maio, diz CNI

Link	https://www.fiern.org.br/industrial-segue-sem-confianca-na-economia-em-maio-diz-cni/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	FIERN
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Industrial segue sem confiança na economia em maio, diz CNI



O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) aumentou 0,4 ponto, de 48,8 pontos para 49,2 pontos entre abril e maio de 2023. A pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a leve alta ainda não foi suficiente para retirar o empresário da indústria do estado de falta de confiança em que se encontra desde março deste ano.

O índice varia de 0 a 100, com uma linha de corte em 50 pontos. Quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança. Foram entrevistadas 1.450 empresas, sendo 571 de pequeno porte, 549 de médio porte e 330 de grande porte. Período de coleta de 2 a 8 de maio de 2023.

O gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, explica que apesar de pequena, a recuperação foi disseminada entre todos os componentes do índice de confiança: o Índice de Condições Atuais e o Índice de Expectativas.

Em relação às condições atuais, o índice subiu 0,6 ponto entre abril e maio para 43,1 pontos. "A alta mostra que os empresários veem o atual momento em relação aos últimos seis meses de maneira um pouco menos negativa em maio do que observavam em abril. É o primeiro avanço mensal do índice desde setembro de 2022", explica Marcelo Azevedo.

O Índice de Expectativas avançou ligeiramente, subindo 0,3 ponto para 52,2 pontos. Ao subir para um pouco mais acima da linha divisória de 50 pontos, o indicador demonstra um olhar um pouco mais otimista dos empresários sobre o cenário dos próximos seis meses.

[Índice de Confiança do Empresário Industrial \(ICEI\).pdf \(505,9 KB\)](#)

Economia: Rio Grande do Norte recebe mais um investimento em geração solar

Link	https://natalemfoco.com.br/rio-grande-do-norte/economia-rio-grande-do-norte-recebe-mais-um-investimento-em-geracao-solar/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	BLOG NATAL EM FOCO
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Economia: Rio Grande do Norte recebe mais um investimento em geração solar



Natal/RN – Atrair cada vez mais investimentos para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte é uma das prioridades do Governo do Estado. Um exemplo disso foi a reunião realizada nesta quarta-feira com a empresa

Raízen, líder na produção e comercialização de etanol, açúcar, combustíveis e bioenergia.

A empresa está instalando o Projeto Dunamis de Geração Solar Compartilhada no município de Santana do Matos, um complexo que contará com quatro parques de centrais geradoras fotovoltaicas. O projeto já está na fase de construção e vai criar 1.300 empregos diretos para a região.

“Nós temos um bom diálogo com o setor empresarial e ao longo da nossa gestão fizemos muitas mudanças na legislação com o intuito de deixar o estado mais competitivo, para que possamos atrair mais investimentos como esse. E nessa reunião de hoje, discutimos as futuras parcerias, tanto com o SINE-RN para encaminhamento vagas de emprego que serão geradas, como com os IERNs para formação e capacitação de mão de obra que irá atuar nos projetos da empresa no RN”, declarou [Fátima Bezerra](#).

O Diretor de Negócios da empresa Raízen, Jurandir Junior, apresentou o projeto e todos os benefícios que ele trará além da geração de empregos. “Ele atrairá serviços para a região, como hotéis, restaurantes, farmácias e outros; aumentará a arrecadação do ISS para o município, e do ICMS para o estado; e principalmente, iremos priorizar a contratação de empresas locais de engenharia, locação de máquinas, escopos ambientais e sociais”, afirmou.

O estado também apresentou para a empresa um novo regime especial para energias renováveis que o governo priorizou e está trabalhando, criando condições para tornar o estado ainda mais competitivo nesta área. Segundo Hugo Fonseca, Coordenador de Desenvolvimento Energético da Sedec, “esse projeto que será divulgado por meio de um decreto terá um impacto grande não só financeiro, mas também para a geração de empregos. A perspectiva é que gere de 10 a 15 mil empregos só nos primeiros dois anos”, explica.

Além dos já citados, acompanharam a governadora o secretário titular e o adjunto de Desenvolvimento Econômico, Jaime Calado e Sívio

Torquato, respectivamente; Leon Aguiar, diretor do IDEMA, Ivanilson Maia, adjunto do Gabinete Civil; e Jane Carmem, secretária adjunta de Tributação do Estado. Também participaram Thaís Gomes, gerente executiva de Relações Institucionais e João Rosas, sócio desenvolvedor dos projetos Raízen no RN.

Ascom.

107,077 milhões de brasileiros sobreviviam com R\$ 17,90 por dia em 2022, diz IBGE

Link	https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/economia/107-077-milh%C3%B5es-de-brasileiros-sobreviviam-com-r-17-90-por-dia-em-2022-diz-ibge-1.1030631
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	CORREIO DO POVO
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

107,077 milhões de brasileiros sobreviviam com R\$ 17,90 por dia em 2022, diz IBGE

Se considerados os 5% mais pobres no país, havia 10,7 milhões que contavam com somente R\$ 2,90 por dia no ano passado



Grande parte dos brasileiros vive com renda muito baixa | Foto: Marcos Santos / USP Imagens / CP

Após um empobrecimento recorde dos brasileiros no segundo ano da **pandemia de Covid-19**, a metade mais pobre da população teve um aumento de renda em 2022, tanto pela recuperação na geração de vagas do mercado de trabalho quanto pela expansão de programas de transferência de renda em meio à corrida eleitoral. A renda média real domiciliar per capita da metade mais pobre da população brasileira subiu 18,0% em 2022

ante 2021, para R\$ 537 mensais. Ou seja, apesar da melhora, cerca de 107,077 milhões de brasileiros sobreviveram com apenas R\$ 17,90 por dia no ano passado.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2022 - Rendimento de todas as fontes, divulgada nesta quinta-feira pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Se considerados os 5% mais pobres no país, havia 10,7 milhões de pessoas que contavam com somente R\$ 2,90 por dia em 2022, ou R\$ 87 por mês por pessoa da família. Apesar de baixo, o resultado significou um salto de 102,3% em relação a 2021.

PUBLICIDADE

Segundo Alessandra Brito, analista do IBGE, as políticas de transferência de renda para mitigar a crise causada pela Covid-19 deram um alívio à população mais vulnerável em 2020. No entanto, em 2021, com o enxugamento do Auxílio Emergencial, a renda per capita desceu ao pior resultado da série histórica iniciada em 2012. Em meio à corrida eleitoral à Presidência em 2022, a mudança do programa Bolsa Família para Auxílio Brasil, com valor maior e ampliação no número de beneficiários, ajudou a turbinar a renda da população mais pobre.

"A gente tem que lembrar que ano passado foi um ano eleitoral. O mercado de trabalho para ele se recuperar é uma coisa mais orgânica, tem a ver com o movimento da economia como um todo. Para aumentar o valor de um programa social, você pode fazer isso com um projeto de lei, ou com uma medida provisória", explicou Alessandra Brito, analista do IBGE. "Mas você ainda tem o mercado de trabalho contribuindo com mais de 70% da renda do domicílio", ponderou.

O rendimento médio mensal real domiciliar per capita cresceu de R\$ 1.555 em 2012 para R\$ 1.668 em 2019, quando atingiu o maior valor histórico. Com a pandemia de Covid-19, o rendimento domiciliar per capita caiu 4,3% em 2020, seguido por um tombo de 7,0% em 2021, quando foi estimado em R\$ 1.484, o piso da série histórica. Em 2022, a renda média domiciliar per capita voltou a crescer, 6,9%, para R\$ 1.586.

A região Nordeste se manteve com o menor rendimento médio mensal domiciliar per capita no país, R\$ 1.011, enquanto o da região Sul permaneceu o maior, R\$ 1.927. Os 50% mais pobres do Nordeste sobreviviam com R\$ 348 mensais, ou R\$ 11,60 diários por pessoa da família no ano passado. No Norte, a renda média da metade mais vulnerável foi de R\$ 384 mensais em 2022, R\$ 12,80 diários. Apesar dos valores modestos, o resultado representou um aumento de 26,7% na renda per capita da metade mais pobre no Norte, e 26,1% na do Nordeste.

O salto na renda dos mais pobres reduziu a desigualdade no país. O índice de Gini do rendimento médio domiciliar per capita - indicador que mede a desigualdade de renda, numa escala de 0 a 1, em que, quanto mais perto de 1 o resultado, maior é a concentração de riqueza - recuou de 0,544 em 2021 para 0,518 em 2022, menor resultado da série histórica iniciada em 2012.

VEJA TAMBÉM

| •

- Rendimento domiciliar per capita se recupera em 2022, aponta IBGE

| •

- Cesta básica de Porto Alegre é a segunda mais cara do Brasil em abril, aponta Dieese

Na passagem de 2021 para 2022, o índice de Gini caiu em todas as regiões brasileiras, o que mostra um alívio na desigualdade disseminado pelo país, embora permaneça elevada. "Houve uma redução importante, mas ainda é um valor bem alto comparado a outros países", explicou Alessandra Brito.

Entre o 1% mais rico da população, a renda média mensal per capita foi de R\$ 17.447 em 2022, queda de 0,3% ante 2021. Ainda assim, esse pequeno grupo ganhava uma renda média real mensal 32,5 vezes maior que o rendimento da metade mais pobre da população. Houve evolução em relação a 2021, quando essa distância era de 38,4 vezes. "A desigualdade, por mais que você tenha tido uma melhora, ela é muito estrutural. Você tem um componente muito grande da desigualdade no país", concluiu Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

**107,077 milhões de brasileiros sobreviviam com R\$ 17,90 por dia em
2022, diz IBGE**

Link	https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/11/107077-milhoes-de-brasileiros-sobreviviam-com-r-1790-por-dia-em-2022-diz-ibge.htm
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	UOL
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

107,077 milhões de brasileiros sobreviviam com R\$ 17,90 por dia em 2022, diz IBGE

Após um empobrecimento recorde dos brasileiros no segundo ano da pandemia de covid-19, a metade mais pobre da população teve um aumento de renda em 2022, tanto pela recuperação na geração de vagas do mercado de trabalho quanto pela expansão de programas de transferência de renda em meio à corrida eleitoral.

A renda média real domiciliar per capita da metade mais pobre da população brasileira subiu 18,0% em 2022 ante 2021, para R\$ 537 mensais. Ou seja, apesar da melhora, cerca de 107,077 milhões de brasileiros sobreviveram com apenas R\$ 17,90 por dia no ano passado.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2022 - Rendimento de todas as fontes, divulgada nesta quinta-feira, 11, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Se considerados os 5% mais pobres no País, havia 10,7 milhões de pessoas que contavam com somente R\$ 2,90 por dia em 2022, ou R\$ 87 por mês por pessoa da família. Apesar de baixo, o resultado significou um salto de 102,3% em relação a 2021.

Segundo Alessandra Brito, analista do IBGE, as políticas de transferência de renda para mitigar a crise causada pela covid-19 deram um alívio à população mais vulnerável em 2020. No entanto, em 2021, com o enxugamento do Auxílio Emergencial, a renda per capita desceu ao pior resultado da série histórica iniciada em 2012. Em meio à corrida eleitoral à Presidência em 2022, a mudança do programa Bolsa Família para Auxílio Brasil, com valor maior e ampliação no número de beneficiários, ajudou a turbinar a renda da população mais pobre.

"A gente tem que lembrar que ano passado foi um ano eleitoral. O mercado de trabalho para ele se recuperar é uma coisa mais orgânica, tem a ver com o movimento da economia como um todo. Para aumentar o valor de um programa social, você pode fazer isso com um projeto de lei, ou com uma medida provisória", explicou Alessandra Brito, analista do IBGE. "Mas você ainda tem o mercado de trabalho contribuindo com mais de 70% da renda do domicílio", ponderou.

O rendimento médio mensal real domiciliar per capita cresceu de R\$ 1.555 em 2012 para R\$ 1.668 em 2019, quando atingiu o maior valor histórico. Com a pandemia de covid-19, o rendimento domiciliar per capita caiu 4,3% em 2020, seguido por um tombo de 7,0% em 2021, quando foi estimado em R\$ 1.484, o piso da série histórica. Em 2022, a renda média domiciliar per capita voltou a crescer, 6,9%, para R\$ 1.586.

A região Nordeste se manteve com o menor rendimento médio mensal domiciliar per capita no País, R\$ 1.011, enquanto o da região Sul permaneceu o maior, R\$ 1.927.

Os 50% mais pobres do Nordeste sobreviviam com R\$ 348 mensais, ou R\$ 11,60 diários por pessoa da família no ano passado. No Norte, a renda média da metade mais vulnerável foi de R\$ 384 mensais em 2022, R\$ 12,80 diários. Apesar dos valores modestos, o resultado representou um aumento de 26,7% na renda per capita da metade mais pobre no Norte, e 26,1% na do Nordeste.

O salto na renda dos mais pobres reduziu a desigualdade no País. O índice de Gini do rendimento médio domiciliar per capita - indicador que mede a desigualdade de renda, numa escala de 0 a 1, em que, quanto mais perto de 1 o resultado, maior é a concentração de riqueza - recuou de 0,544 em 2021 para 0,518 em 2022, menor resultado da série histórica iniciada em 2012.

Na passagem de 2021 para 2022, o índice de Gini caiu em todas as regiões brasileiras, o que mostra um alívio na desigualdade disseminado pelo País, embora permaneça elevada.

"Houve uma redução importante, mas ainda é um valor bem alto comparado a outros países", explicou Alessandra Brito.

Entre o 1% mais rico da população, a renda média mensal per capita foi de R\$ 17.447 em 2022, queda de 0,3% ante 2021. Ainda assim, esse pequeno grupo ganhava uma renda média real mensal 32,5 vezes maior que o rendimento da metade mais pobre da população. Houve evolução em relação a 2021, quando essa distância era de 38,4 vezes.

"A desigualdade, por mais que você tenha tido uma melhora, ela é muito estrutural. Você tem um componente muito grande da desigualdade no País", concluiu Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

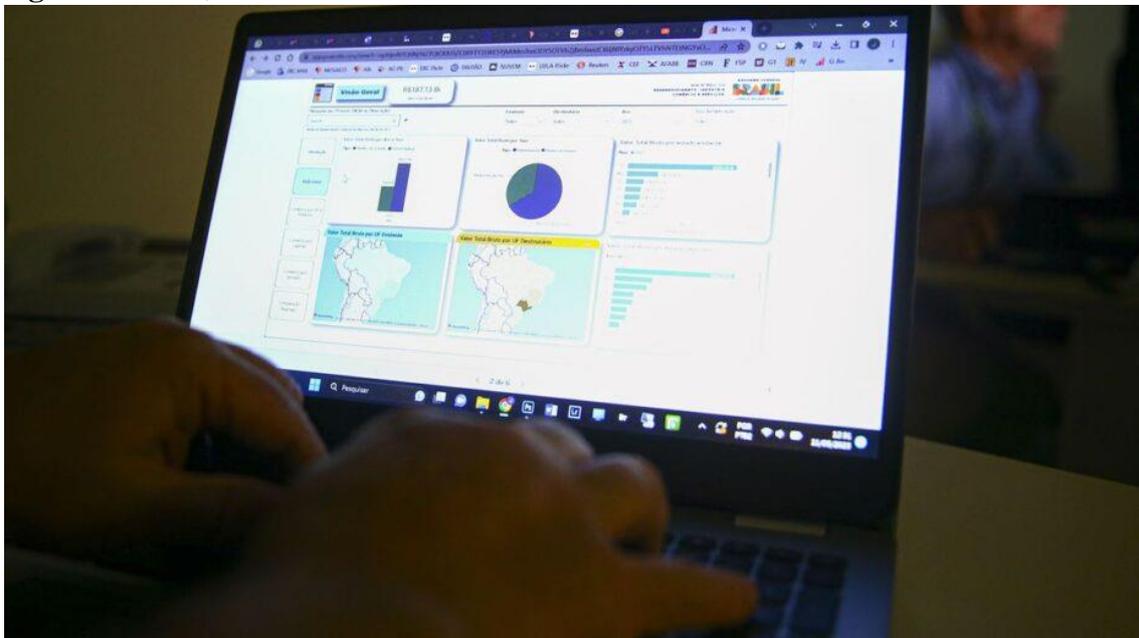
Ministério lança plataforma de acompanhamento do comércio eletrônico

Link	https://agorarn.com.br/ultimas/ministerio-lanca-plataforma-de-acompanhamento-do-comercio-eletronico/
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	AGORA RN
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Ministério lança plataforma de acompanhamento do comércio eletrônico

E-commerce cresce 20% em 2022 e movimenta R\$ 187,1 bilhões no país

Agência Brasil/



Apresentada hoje 11, a nova plataforma do Observatório do Comércio Eletrônico foi desenvolvida em parceria com a Receita Federal - Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Impulsionada pela pandemia da covid-19, a crescente venda de produtos e serviços pela internet motivou países e organizações a buscarem formas mais eficazes de diagnosticar a evolução do comércio eletrônico.

No Brasil, onde a movimentação de valores pelo chamado e-commerce cresceu mais de cinco vezes em sete anos, saltando de R\$ 35 bilhões, em 2016, para R\$ 187 bilhões, em 2022, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços decidiu criar e disponibilizar ao público uma plataforma digital para mapear o setor.

Apresentada hoje 11, a nova plataforma do Observatório do Comércio Eletrônico foi desenvolvida em parceria com a Receita Federal, cuja base de dados sobre a nota fiscal eletrônica alimenta a ferramenta disponível na internet. Além de uma visão geral sobre as vendas eletrônicas no país, o painel também discrimina as categorias de produtos mais comercializados, os valores das transações, as unidades da federação de origem e destinatários dos bens e serviços negociados e tendências do setor.

Ao consultar a ferramenta, é possível verificar, por exemplo, que entre 2016 e 2022 o produto que movimentou o maior montante foi o telefone celular, com 11,5% do total de vendas ou o equivalente a R\$ 72,1 bilhões em dinheiro, incluindo smartphones.

Na sequência vêm os televisores (4,5%, ou R\$ 28 bilhões) e os notebooks, tablets e similares (R\$ 21 bilhões em vendas). A venda de livros, brochuras e impressos semelhantes respondeu por 2,6% do total, totalizando R\$ 16,8 bilhões (2,6%) – percentual e valor superior à venda de máquinas de lavar roupas.

“Termos uma plataforma como esta, com acesso a informações, é extremamente importante para analisarmos o mercado, as oportunidades e os desafios, proporcionando aos atores que compõem este ecossistema indicativos que possam promover o aumento das vendas ou até mesmo reduzir os custos de transações”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do ministério, Uallace Moreira Lima.

Plataforma pública

A diretora do Departamento de Comércio e Serviço da pasta, Adriana Azevedo, destacou que o painel do Observatório do Comércio Eletrônico é a primeira plataforma pública de acesso irrestrito e gratuito a detalhar a dinâmica do comércio eletrônico no país. “As atuais fontes de informação sobre o comércio eletrônico são, na maioria das vezes, privadas, pagas e feitas na forma de pesquisas. No painel, os dados são [aferidos] em uma base mais censitária”, explicou Adriana.

Segundo a diretora, a ferramenta ministerial vai complementar as já existentes. “Acreditamos que, além de nortear políticas

públicas, o dashboard [painel] poderá trazer informações gerenciais relevantes para que gestores privados tomem decisões.”

O chefe da Divisão de Comércio Digital do ministério, Marcos Lamacchia Carvalho, reforçou o argumento de que a divulgação de informações atualizadas sobre o comércio eletrônico irá subsidiar os empresários do setor. “Um produtor de vinhos do Rio Grande do Sul, por exemplo, pode verificar como está a venda do produto [pela internet] no Acre, em Roraima ou Rondônia”, disse. Ele destacou que a ferramenta também tornará mais fácil identificar se as desigualdades regionais verificadas no comércio tradicional se repetem quando as vendas são fechadas pela internet.

Segundo dados apresentados por Carvalho, apesar de um “crescimento acentuado”, as regiões Norte e Nordeste, juntas, responderam por apenas R\$ 18,16 bi dos R\$ 187 bi que o e-commerce movimentou no Brasil, em 2022. Na primeira, a quantia movimentada saltou de R\$ 360 milhões para R\$ 1,86 bi entre 2016 e o ano passado. No Nordeste, as transações passaram de R\$ 2 bi para R\$ 16,3 bi no período.

Em meados de 2022, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) alertaram para a necessidade dos governos nacionais apoiarem as empresas a se adaptarem ao contexto de transformação digital a fim de aproveitarem as oportunidades digitais. Para os especialistas da

organização que faz parte do secretariado da Organização das Nações Unidas (ONU), países que não dispõem de estatísticas fidedignas sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) pelas empresas e sobre o ambiente de negócios na internet “enfrentam barreiras na implementação das políticas necessárias para apoiar as empresas na adaptação e no benefício das ferramentas e tecnologias digitais”.

V

Ministério lança plataforma de acompanhamento do comércio eletrônico

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/minista-rio-lana-a-plataforma-de-acompanhamento-do-coma-rcio-eletra-nico/563679
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	TRIBUNA DO NORTE
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Ministério lança plataforma de acompanhamento do comércio eletrônico

Impulsionada pela pandemia da covid-19, a crescente venda de produtos e serviços pela internet motivou países e organizações a buscarem formas mais eficazes de diagnosticar a evolução do comércio eletrônico.

Reprodução/Freepik



E-commerce movimentou mais de 187 bilhões no país

No Brasil, onde a movimentação de valores pelo chamado e-commerce cresceu mais de cinco vezes em sete anos, saltando de R\$ 35 bilhões, em 2016, para R\$ 187 bilhões, em 2022, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços decidiu criar e disponibilizar ao público uma plataforma digital para mapear o setor.

Apresentada hoje (11), a nova plataforma - Observatório do Comércio Eletrônico - foi desenvolvida em parceria com a Receita Federal, cuja base de dados sobre a nota fiscal eletrônica alimenta a ferramenta disponível na internet. Além de uma visão geral sobre as vendas eletrônicas no país, o painel também discrimina as categorias de produtos mais comercializados, os valores das transações, as unidades da federação de origem e destinatários dos bens e serviços negociados e tendências do setor.

Ao consultar a ferramenta, é possível verificar, por exemplo, que entre 2016 e 2022 o produto que movimentou o maior montante foi o telefone celular, com 11,5% do total de vendas ou o equivalente a R\$ 72,1 bilhões em dinheiro, incluindo smartphones.

Na sequência vêm os televisores (4,5%, ou R\$ 28 bilhões) e os notebooks, tablets e similares (R\$ 21 bilhões em vendas). A venda de livros, brochuras e impressos semelhantes respondeu por 2,6% do total, totalizando R\$ 16,8 bilhões (2,6%) - percentual e valor superior à venda de máquinas de lavar roupas.

“Teremos uma plataforma como esta, com acesso a informações, é extremamente importante para analisarmos o mercado, as oportunidades e os desafios, proporcionando aos atores que compõem este ecossistema indicativos que possam promover o aumento das vendas ou até mesmo reduzir os custos de transações”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do ministério, Uallace Moreira Lima.

Plataforma pública

A diretora do Departamento de Comércio e Serviço da pasta, Adriana Azevedo, destacou que o painel do Observatório do Comércio Eletrônico é a primeira plataforma pública de acesso irrestrito e gratuito a detalhar a dinâmica do comércio eletrônico no país. “As atuais fontes de informação sobre o comércio eletrônico são, na maioria das vezes, privadas, pagas e feitas na forma de pesquisas. No painel, os dados são [aferidos] em uma base mais censitária”, explicou Adriana.

Segundo a diretora, a ferramenta ministerial vai complementar as já existentes. “Acreditamos que, além de nortear políticas públicas, o dashboard [painel] poderá trazer informações gerenciais relevantes para que gestores privados tomem decisões.”

O chefe da Divisão de Comércio Digital do ministério, Marcos Lamacchia Carvalho, reforçou o argumento de que a divulgação de informações atualizadas sobre o comércio eletrônico irá subsidiar os empresários do setor. “Um produtor de vinhos do Rio Grande do Sul, por exemplo,

pode verificar como está a venda do produto [pela internet] no Acre, em Roraima ou Rondônia”, disse. Ele destacou que a ferramenta também tornará mais fácil identificar se as desigualdades regionais verificadas no comércio tradicional se repetem quando as vendas são fechadas pela internet.

Segundo dados apresentados por Carvalho, apesar de um “crescimento acentuado”, as regiões Norte e Nordeste, juntas, responderam por apenas R\$ 18,16 bi dos R\$ 187 bi que o e-commerce movimentou no Brasil, em 2022. Na primeira, a quantia movimentada saltou de R\$ 360 milhões para R\$ 1,86 bi entre 2016 e o ano passado. No Nordeste, as transações passaram de R\$ 2 bi para R\$ 16,3 bi no período.

Em meados de 2022, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) alertaram para a necessidade dos governos nacionais apoiarem as empresas a se adaptarem ao contexto de transformação digital a fim de aproveitarem as oportunidades digitais. Para os especialistas da organização que faz parte do secretariado da Organização das Nações Unidas (ONU), países que não dispõem de estatísticas fidedignas sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) pelas empresas e sobre o ambiente de negócios na internet “enfrentam barreiras na implementação das políticas necessárias para apoiar as empresas na adaptação e no benefício das ferramentas e tecnologias digitais”.

Agência Brasil

Ministério lança plataforma de acompanhamento do comércio eletrônico

Link	https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/ministerio-lanca-plataforma-para-acompanhamento-do-comercio-eletronico
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	AGÊNCIA BRASIL
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Ministério lança plataforma de acompanhamento do comércio eletrônico

E-commerce cresce 20% em 2022 e movimenta R\$ 187,1 bilhões no país

Impulsionada pela pandemia da covid-19, a crescente venda de produtos e serviços pela internet motivou países e organizações a buscarem formas mais eficazes de diagnosticar a evolução do comércio eletrônico.

No Brasil, onde a movimentação de valores pelo chamado e-commerce cresceu mais de cinco vezes em sete anos, saltando de R\$ 35 bilhões, em 2016, para R\$ 187 bilhões, em 2022, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços decidiu criar e disponibilizar ao público uma plataforma digital para mapear o setor.

Apresentada hoje (11), a nova plataforma do Observatório do Comércio Eletrônico foi desenvolvida em parceria com a Receita Federal, cuja base de dados sobre a nota fiscal eletrônica alimenta a ferramenta **disponível na internet**. Além de uma visão geral sobre as vendas eletrônicas no país, o painel também discrimina as categorias de produtos mais comercializados, os valores das transações, as unidades da federação de origem e destinatários dos bens e serviços negociados e tendências do setor.

Ao consultar a ferramenta, é possível verificar, por exemplo, que entre 2016 e 2022 o produto que movimentou o maior montante foi o telefone celular, com 11,5% do total de vendas ou o equivalente a R\$ 72,1 bilhões em dinheiro, incluindo smartphones.

Na sequência vêm os televisores (4,5%, ou R\$ 28 bilhões) e os notebooks, tablets e similares (R\$ 21 bilhões em vendas). A venda de livros, brochuras e impressos semelhantes respondeu por 2,6% do total, totalizando R\$ 16,8

bilhões (2,6%) - percentual e valor superior à venda de máquinas de lavar roupas.

“Termos uma plataforma como esta, com acesso a informações, é extremamente importante para analisarmos o mercado, as oportunidades e os desafios, proporcionando aos atores que compõem este ecossistema indicativos que possam promover o aumento das vendas ou até mesmo reduzir os custos de transações”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do ministério, Uallace Moreira Lima.

Plataforma pública

A diretora do Departamento de Comércio e Serviço da pasta, Adriana Azevedo, destacou que o painel do Observatório do Comércio Eletrônico é a primeira plataforma pública de acesso irrestrito e gratuito a detalhar a dinâmica do comércio eletrônico no país. “As atuais fontes de informação sobre o comércio eletrônico são, na maioria das vezes, privadas, pagas e feitas na forma de pesquisas. No painel, os dados são [aferidos] em uma base mais censitária”, explicou Adriana.

Segundo a diretora, a ferramenta ministerial vai complementar as já existentes. “Acreditamos que, além de nortear políticas públicas, o *dashboard* [painel] poderá trazer informações gerenciais relevantes para que gestores privados tomem decisões.”

O chefe da Divisão de Comércio Digital do ministério, Marcos Lamacchia Carvalho, reforçou o argumento de que a divulgação de informações atualizadas sobre o comércio eletrônico irá subsidiar os empresários do setor. “Um produtor de vinhos do Rio Grande do Sul, por exemplo, pode verificar como está a venda do produto [pela internet] no Acre, em Roraima ou Rondônia”, disse. Ele destacou que a ferramenta também tornará mais fácil identificar se as desigualdades regionais verificadas no comércio tradicional se repetem quando as vendas são fechadas pela internet.

Segundo dados apresentados por Carvalho, apesar de um “crescimento acentuado”, as regiões Norte e Nordeste, juntas, responderam por apenas R\$ 18,16 bi dos R\$ 187 bi que o e-commerce movimentou no Brasil, em 2022. Na primeira, a quantia movimentada saltou de R\$ 360 milhões para R\$ 1,86 bi entre 2016 e o ano passado. No Nordeste, as transações passaram de R\$ 2 bi para R\$ 16,3 bi no período.

Em meados de 2022, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) alertaram para a necessidade dos governos nacionais apoiarem as empresas a se adaptarem ao contexto de transformação

digital a fim de aproveitarem as oportunidades digitais. Para os especialistas da organização que faz parte do secretariado da Organização das Nações Unidas (ONU), países que não dispõem de estatísticas fidedignas sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) pelas empresas e sobre o ambiente de negócios na internet “enfrentam barreiras na implementação das políticas necessárias para apoiar as empresas na adaptação e no benefício das ferramentas e tecnologias digitais”.

IBGE aumenta previsão da safra de 2023 para 302,1 milhões de toneladas

Link	https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/ibge-aumenta-previsao-da-safra-de-2023-para-3021-milhoes-de-toneladas
Data da publicação	11/05/2023
Veículo	AGÊNCIA BRASIL
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

IBGE aumenta previsão da safra de 2023 para 302,1 milhões de toneladas

Estimativa é 14,8% superior à produção agrícola do ano passado

ouvir:

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Brasil deve fechar 2023 em 302,1 milhões de toneladas. Caso a safra se confirme, será 14,8% superior (com mais 39 milhões de toneladas) ao resultado do ano passado (263,2 milhões de toneladas).

A estimativa é do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) realizado em abril e divulgado nesta quinta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento de abril ampliou em 0,8% (ou mais 2,4 milhões de toneladas) a estimativa feita pela pesquisa de março (299,7 milhões de toneladas). A área a ser colhida em todo o ano deverá ficar em 76,4 milhões de hectares, 4,3% a mais que em 2022 e 0,4% superior à previsão de março.

Entre as principais lavouras de grãos do país, estão previstas altas, em relação a 2022, para a soja (24,7%), o milho (8,8%), o algodão herbáceo em caroço (2,8%), o feijão (1,5%) e o sorgo (23%). Por outro lado, são esperadas quedas de 7,5% para o arroz, de 1,7% para o trigo e de 6,5% para a aveia.

Segundo o gerente da pesquisa, Carlos Barradas, de uma forma geral, a safra deste ano está sendo beneficiada pelo clima mais chuvoso em quase todo o país, com exceção do Rio Grande do Sul, onde houve falta de chuva durante a safra de verão. "No ano passado, a escassez de chuvas no estado foi ainda maior e afetou também outros estados", acrescenta o IBGE.

O Mato Grosso é o estado com maior produção de grãos do país, respondendo por 30,7% da safra, seguido por Paraná (15,5%), Rio Grande do Sul (10,1%), Goiás (9,6%), Mato Grosso do Sul (8,1%) e Minas Gerais (6%).

O LSPA também apura dados de outros produtos importantes da pauta agrícola brasileira, como a cana-de-açúcar, a banana, a laranja e o café. São esperados aumentos, em relação a 2022, para uva (10,5%), cana (6,5%), café (5,5%), tomate (2,8%), mandioca (2,1%), laranja (0,5%) e banana (0,3%). Por outro lado, deve fechar o ano com queda na produção, a batata-inglesa (-2,8%).

Cristiane sobre taxaço de água bruta no RN: "Conta pesada que inviabiliza a agricultura"

Link	file:///C:/Users/rafae/Desktop/Agora%20RN_ED%201.581%20[12-05-23].pdf
Data da publicação	12/05/2023
Veículo	AGORA RN
Classificação	NOTÍCIA DE INTERESSE

Governo do RN avalia cobrar taxa por uso de água não tratada e é criticado por setor produtivo e oposição na Assembleia

Cristiane sobre taxaço de água bruta no RN: "Conta pesada que inviabiliza a agricultura"

A discussão sobre a possível cobrança de uma taxa pelo uso da água bruta no território do Rio Grande do Norte não agrada os deputados estaduais, principalmente no dia oposição. O tema da taxaço foi abordado em reunião na tarde desta quarta-feira (10) no último sábado 6, em reunião que ocorreu a instância do Governo do Estado em regulamentar uma lei que prevê um pagamento por parte de quem usa água bruta, que é aquela sem tratamento, como a que provém de rios e mananciais.

Naturalizada deputada Cristiane Dantas (Solidariedade), fala diálogo da parte do governo em a criação de uma taxa que fará os estabelecimentos legais que fazem investimentos para combater o que ela chama de "problema ambiental", que prejudica, no sentido dela, setores como laticínios, irrigação, e plantio de cana de açúcar, beneficiamento de carne, costuras, mineração, entre outros.

"Para as indústrias, que têm a

água como insumo essencial, a cobrança da taxa é de quebra e criou custos por dentro críticos de água. É uma conta pesada, que inviabiliza a agricultura, os produtores e a produção industrial do nosso Estado", repuxa a parlamentar.

O tema gerou a participação em um dos deputados e a classe produtiva. Diante disso, a deputada propôs uma audiência pública, que foi realizada na última quarta-feira 10, na Assembleia Legislativa. Durante o evento, a parlamentar destacou a possível taxaço como exemplo de um produtor rural no município de Serra Negra do Norte.

"Essa proposta proibiu 12 hectares de terra e faz cultivo de maracujá, milho e feijão. Sua plantação é irrigada com poço escavado e irrigado com recursos próprios, porque há a identificação da água pela Caixa não chega. Pela maioria do decreto, ele vai ter de pagar pelo uso da água do poço das suas terras. Ou ele paga essa conta ou não vai poder utilizar essa água da qual o Estado vai

passar a se apropriar", criticou.

Também presente na audiência, o deputado estadual Genesio Cavalcanti (PSDB) também se posicionou contrário à intenção do Governo do Estado. "O nosso Estado tem um grande potencial, sendo o maior produtor e exportador de sal, um grande produtor de frutas, tem força no cativeiro. E por que a reforma aqui foi a Paraíba? Porque lá tem se buscado ajudar o empreendedor, diminuir o que é fardo aqui. Não devemos buscar o desenvolvimento de forma pura, tirando os impostos e encerrando os programas.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do RN (Fapern), José Vieira, criticou os valores que poderão ser cobrados com a criação da taxa, bem como a exclusão do desperdício da água pela Caixa. "A gente vai ser cobrado por água salobra, que não é utilizada. Por água do poço no período do inverno, em 25%, já no período de seca, esse valor será de 50%. Ou seja, em um



Deputada Cristiane Dantas (Solidariedade) discursa em audiência sobre o tema

de água, não momento mais difícil, o governo vai atrapalhar. É um fardo engaçado que atrapalha o desenvolvimento da Caixa, que chega a 40% de perda.

O representante dos produtores também falou sobre as dificuldades do setor, revelando que nos últimos dez anos o número de produtores rurais caiu de 67 mil para 61 mil. "O governo diz que quer produzir e quem gera emprego de-

vem ser cobrado. Então, que ele está tratando o setor produtivo. Se a profissão faltar, que é de origem popular, temer mesmo essa atitude, ele vai ser cobrado a taxa e vai sofrer da água. É isso que está triste, porque em vez de estamos discutindo desenvolvimento, programas e projetos, estamos aqui apertando para que o setor produtivo não seja mais taxado", lamentou o empresário.

Líder do governo: Parte do setor produtivo é a favor de taxaço de água sem tratamento

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Francisco do PT, disse que parte do setor produtivo gostaria de a favor da cobrança de uma taxa pelo uso da água bruta no território do Rio Grande do Norte.

"Essa lei já era para estar regulamentada. Outros estados vizinhos já regulamentaram a lei, partes do setor produtivo que se utilizam da água bruta, especialmente para irrigação, já se posicionaram, inclusive a favor disso, colagem do Governo do Estado essa regulamentação. É evidente que tem uma parcela também que é contrária, que não deseja isso, o que é normal, faz parte do processo democrático", disse Francisco do PT ao AGORA RN.

Questionado, o político não insistiu quais setores mais seriam favoráveis à cobrança sobre o uso da água bruta. "Tem parte do setor que é favorável sim, até porque a água é um bem finito e tem um custo para os seus chegar ao setor produtivo", acrescentou.

A discussão é antiga, mas estava adormecida há 27 anos. Existe uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa do RN em 1996, cha-

mada popularmente de "Lei das Águas" (Lei 6.998), que nunca foi regulamentada, função que cabe ao Governo do Estado. Água o Executivo quer renovar a discussão, que propicia as parcerias.

O líder do governo na Assembleia explicou ainda que a taxa prevista na Lei das Águas foi instituída por legislação federal e rescindida desde 1996. O parlamentar também acrescentou que os pequenos produtores rurais, ao seja, aqueles que consomem até

120 mil litros de água por dia, é muito baixo de taxa. "A questão não é mais ser a favor nem contra, porque a lei já existe, é só cumprir", declarou o deputado.

Durante a audiência, o secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Paulo Varela, explicou que a água se tornou um bem de domínio público a partir da Constituição de 1988, que determinou a criação de uma Política de Recursos Hídricos, resultando na criação

da Lei Nacional das Águas, em 11 de junho de 1997.

"Essa lei explica que a água é dotada de valor econômico e institucional que ela deve ser cobrada para dar sustentabilidade financeira e eficiência econômica, incentivando a racionalização", explicou, mostrando que o governo tem diálogo com os setores produtivos e entidades representativas, como a Fierro e a Fecomércio.

"Não queremos impor nada,

O decreto ainda está em construção e ele vai estar quando a sociedade decidir", garantiu o auxiliar da governadora.

Já o secretário estadual de Agricultura, da Pecuária e da Pesca, Guilherme Saldanha, disse que a cobrança foi uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmou que só apresenta a transposição do São Francisco para os estados que apresentem a cobrança de água e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANAS), através de avaliação, sob o mesmo argumento. "Então, a cobrança de água é necessária por lei, sob risco de a governadora ser acusada de improbidade", ressaltou.

De acordo com Hermanno Neto, presidente do Sindicato dos Plantadores de Cana do RN (Apicam), a possível taxaço da água irá inviabilizar principalmente as agroindústrias do Estado. "A irrigação da cana é extremamente crucial, em seja, não é feita o ano inteiro. Mas, mesmo assim, temos pagar por isso. É, para deixar claro, o menor valor da cana de açúcar não foi produzido em momento nenhum, mesmo sendo talvez o

Setores produtivos reclamam da possível taxaço

setor que mais gera emprego no Estado", criticou.

Já a presidente da ONG Natália, Natália Dantas, contou que no ano passado, a criação do decreto foi levada para ser discutida com os Comitês de Bacia Hidrográfica e, no entanto, o seu grupo decidiu por se contrário à proposta.

"Se a gente for aborrecer, não todos os setores estão contrapostos com seus respectivos comitês, então começa daí

a grande deficiência do Estado, porque nem todos têm representação. Então, como você quer pagar para uma cobrança disso, sem a participação de todos os envolvidos? Por isso, o Comitê do Pirambu discutiu e chegou à conclusão de que a cobrança, neste momento, é inviável e vai trazer danos ao setor produtivo", opinou.

PARA ONDE VAI O DINHEIRO? De acordo com o secretário

estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Paulo Varela, a cobrança servirá para que as irrigações sejam mais bem conservadas e para que sejam realizados mais investimentos na área produtiva.

"Esses recursos vão financiar estudos, projetos, programas de incentivo, são custeio atividades administrativas e obras físicas, como criação e manutenção de barragem e poços", pontua. ●

Capas de Jornais

OCEAN PALACE VAI INVESTIR R\$ 70 MILHÕES NO HOTEL PARQUE DA COSTEIRA • PÁGINA 9



Ministro garante recursos para terceira fase do Pró-Transporte

4 NEGÓCIOS O ministro das Cidades, Jacir Felber, participou do Motor do Desenvolvimento, garantiu recursos para a terceira fase do Pró-Transporte e anunciou a retomada de 1,5 mil moradias do Minha Casa Minha Vida no RN. **» PÁGINA 11**

✓ PREFEITO ANUNCIA PLANO PARA REVITALIZAR RIBEIRA

O prefeito Afonso Elias anunciou que está lançando um novo plano de revitalização da Ribeira, incluindo a criação de áreas verdes para quem mora no bairro. **» PÁGINA 11**

✓ MOTORES APONTA REDOMAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO

A polêmica edição do plano diretor de Natal, com o anúncio de uma nova política habitacional, apontou para a redomação do mercado imobiliário. **» PÁGINA 11**

✓ OFERTA E CONVENCIMENTO É DESAFIO, DIZEM ESPECIALISTAS

Com o anúncio de mais recursos para o Pró-Transporte, especialistas apontam que a oferta e o convencimento são os maiores desafios para a terceira fase do projeto. **» PÁGINA 11**



Uma das salas de reuniões da ANP edição do Motor do Desenvolvimento, que debateu o mercado imobiliário. Evento realizado com a presença do ministro Jacir Felber.

Anderson Torres é solto com uso de tornozeleira

O ministro Anderson Torres foi solto com o uso de tornozeleira eletrônica. **» PÁGINA 11**

Transformação



» NOTÍCIA - Trabalho de transformação urbana em Natal, com o uso de tornozeleira eletrônica. **» PÁGINA 11**

Justiça notifica Estado sobre repasses para precatórios

A Justiça Federal notificou o Estado do Rio Grande do Norte sobre o pagamento de precatórios. **» PÁGINA 11**

Patrimônio pode reduzir o preço da gasolina em até R\$ 0,35

Um estudo aponta que a redução do preço do petróleo pode reduzir o preço da gasolina em até R\$ 0,35 por litro. **» PÁGINA 11**

Quilômetro

Trabalho de quilômetro em Natal, com o uso de tornozeleira eletrônica. **» PÁGINA 11**

Atuação

Atuação de agentes em Natal, com o uso de tornozeleira eletrônica. **» PÁGINA 11**

Atuação

Atuação de agentes em Natal, com o uso de tornozeleira eletrônica. **» PÁGINA 11**

Atuação

Atuação de agentes em Natal, com o uso de tornozeleira eletrônica. **» PÁGINA 11**

Atuação

Atuação de agentes em Natal, com o uso de tornozeleira eletrônica. **» PÁGINA 11**

Lula libera R\$ 1,1 bilhão do orçamento secreto

O presidente Lula liberou R\$ 1,1 bilhão do orçamento secreto para o pagamento de precatórios. **» PÁGINA 11**

TRIBUNA DO NORTE | Rua ... | Fone: ... | E-mail: ... | Site: ... |

Justiça _PÁG.3

Moraes, do STF, autoriza soltura de Anderson Torres, mas sob condições

O ministro da Justiça do Supremo Tribunal Federal autorizou a soltura de Anderson Torres, mas sob condições. Moraes, do STF, autoriza soltura de Anderson Torres, mas sob condições

Infraestrutura _PÁG.3

Em visita a Natal, ministro garante verba para terminar Pró-Transporte

Ministério das Cidades vai disponibilizar R\$ 70 milhões para 3ª fase do projeto na Zona Norte de Natal

O ministro das Cidades, Jaider Filho, afirmou nesta quinta-feira (11), durante visita a Natal, que a pasta vai anuar para destinar três investimentos

no Rio Grande do Norte: o Pró-Transporte, o Pró-Moradia e o tratamento de resíduos sólidos através dos consórcios de municípios do Sertão e Alto Oeste.

No caso do projeto do Pró-Transporte, na Zona Norte de Natal, serão liberados R\$ 70 milhões, que serão aplicados na terceira fase do projeto.

IMPACTO

Quando entrar concluído, o complexo viário beneficiará mais de 400 mil pessoas entre Natal e municípios da Região Metropolitana.



Taxação da água bruta no RN irrita produtores

Na insatisfação de produtores, possível taxaço da água bruta, que está em discussão no Governo do Estado, irá inviabilizar principalmente as agroindústrias potiguaras _PÁG.8

Opinão _PÁG.7

TCE: Bolsonar desautoriza Cadorn e firma de secretário Álvaro Dias

Informe São _PÁG.10

Quatro mulheres incitadas, bem sucedidas e que inspiram

Podcast _PÁG.10

Chapa vai expor para os ouvintes as fraudes das apostas

Procura-se _PÁG.3

Itep lança recurso para ajudar busca por desaparecidos

Projeto consiste na coleta de materiais biológicos para permitir que familiares consigam verificar informações e possam fazer reconhecimento.

Porto _PÁG.3

Rafael Motta emplaca novo diretor da Codern

Advogado Ederson Ubiratan, o Nino, foi eleito e já tomou posse nesta para comandar companhia que gerencia Porto de Natal.

Novo estilo _PÁG.3

"Mudei bonitinho. Estou conversando com todo mundo", afirma Styvenson

Senador afirmou que adotará outro estilo político de agora em diante. Antes contrário ao uso de verba pública em seu gabinete no Senado e em campanhas eleitorais, agora ele afirma que gastará "tudo o que tem direito". "Tudo o político que você sonhava", diz.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 * Nº 34.372

SEXTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2023

R\$ 6,00

ENTREVISTA João Pedro Stedile Governo Lula está medroso, e MST vai elevar pressão

Um dos maiores líderes do movimento sem terra, João Pedro Stedile, 69, afirma a Mônica Bergamo que o governo federal está "meio medroso" diante da conjuntura política após a eleição de 2022 e que o MST vai aumentar a pressão e "manter sua autonomia". Ele não descarta novas ocupações. Política A6

Fadiga de guerra dá força a plano do Brasil, diz Amorim

Após visita a Kiev, onde falou com Zelenski, o assessor especial de Lula Celso Amorim defende que o plano de paz do Brasil para a Guerra da Ucrânia pode funcionar com o cansaço dos países envolvidos no conflito. O ex-chanceler sugere modelo em que nações não alinhadas façam a intermediação. Mundo A12

PVC Máfia das apostas é globalizada

É pura sorte não ter aparecido nome de árbitro no escândalo das apostas. Quem tem escudo Fifa no peito ganha R\$ 6.600 por partida, R\$ 53 mil se apitar oito jogos no mês. Os salário do zagueiro Eduardo Baeremann, que caiu na tentativa de embolsar R\$ 50 mil para tomar cartão, é quatro vezes maior. Esporte B5

Teste de vacina para câncer de pâncreas tem saldo promissor

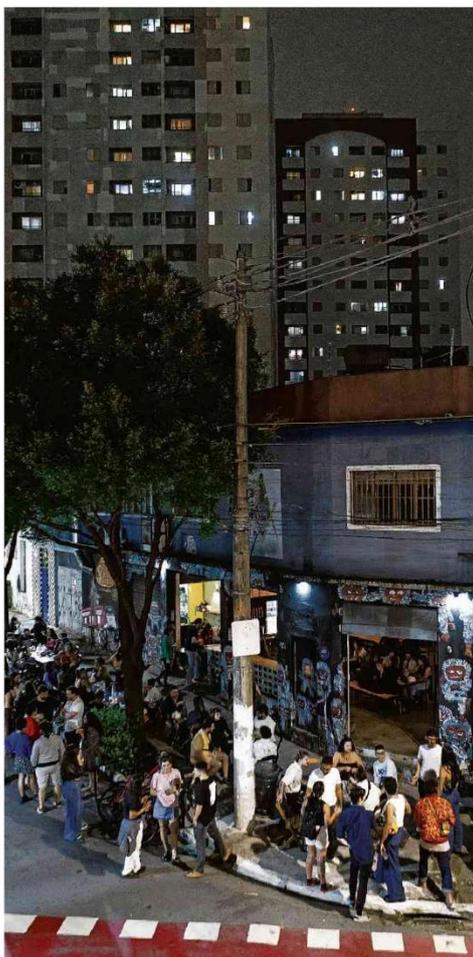
Estudo publicado na revista científica Nature mostra resultados promissores de uma vacina contra o câncer de pâncreas. A pesquisa relata que o fármaco provocou resposta imune em metade dos pacientes tratados, que não teve retorno da doença — uma das formas mais agressivas de tumores. Saúde B1

mercado A24 Floristas apostam no Dia das Mães para retomada após setor ir mal na pandemia

cotidiano B2 Serra Negra, no interior de São Paulo, inaugura réplica da Fontana di Trevi hoje

ilustrada C1 Débora Falabella conta sobre volta às novelas e momento agitado da carreira

guia C11 Conheça 5 ocupações culturais em SP com programações de shows e exposições



Rubens Cavallari/Folhapress

QUEIXAS DE BARULHO DISPARAM NA BARRA FUNDA

Sucesso de bares (foto) na região central da capital paulista consolida bairro como reduto boêmio, mas parte da vizinhança reclama do barulho; canal 156, da prefeitura, registrou 93 reclamações nos 4 primeiros meses do ano, quase o triplo do mesmo período do ano passado B2

Desigualdade de renda cai a menor nível em 11 anos

Auxílio Brasil e recuo do desemprego levaram índice ao menor nível no último ano do governo passado

Dados divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que a desigualdade de renda entre ricos e pobres no ano passado caiu para o menor nível da série histórica iniciada em 2012 no país.

O movimento teve como causa a ampliação do Auxílio Brasil para R\$ 600 às vésperas da eleição e a geração de vagas de trabalho.

Apesar disso, o chamado índice Gini, que afere a diferença de rendimento domiciliar per capita entre os extremos rico e pobre da população, continua em nível elevado se comparado aos outros países: 0,518.

A escala vai de 0 (igualdade plena) a 1 (máxima desigualdade). Em 2021, o Gini havia chegado em 0,544.

Em 2022, ainda sob Jair Bolsonaro (PL), o rendimento da metade da população mais pobre subiu 38%, para R\$ 537 ao mês, e o ganho do 1% mais rico recuou 0,3% a R\$ 17.447 (em valores ajustados pela inflação). O abismo, que foi de 38,2 vezes entre as pontas, persiste: o estrato no topo ganhou 32,5 vezes o que receberam os mais pobres. Mercado A15

Análise: E. Canzian
Brasil está menos desigual por triplicar Bolsa Família, não por melhorar a Ais

Anderson Torres é solto após ordem de Alexandre de Moraes

Alexandre de Moraes, do STF, concedeu liberdade provisória a Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro. Ele estava preso desde janeiro por suposta omissão nos ataques do dia 8/1 e deixou a prisão na noite de ontem. A9

FGTS investido na Eletrobras vê perda de quase R\$ 1 bi

Cerca de 370 mil trabalhadores usaram o FGTS para investir um total de R\$ 6 bilhões em ações da Eletrobras. Precificados na oferta de privatização da estatal, em junho de 2022, a R\$ 42, os papéis da companhia encerraram o pregão de ontem cotados a R\$ 36,15, desvalorização de cerca de 14%. Mercado A17

Fornecedores da Marisa pedem falência por dívida

Dois fornecedores da Marisa Lojas entraram com pedidos de falência contra a varejista por dívidas que ultrapassam R\$ 750 mil. A diretora financeira da empresa, Roberta Leal, afirma que a companhia está negociando dívidas relativas a outros vendedores e que já liquidou quase 90% do que devia. Mercado A24

EDITORIAIS A2

Política desajustada
Sobre dificuldades do governo Lula no Congresso.

Cartão amarelo
Acerca de indícios de fraudes em jogos de futebol.

ATMOSFERA

São Paulo hoje
20°
14°
0h 6h 12h 18h 24h

	Hoje	Amanhã
Rio	18 24	17 24
Brasília	16 29	16 28
Ribeirão	15 26	12 25

Fonte: www.climatempo.com.br

TUDO TUDO TUDO QUE A VIDA PEDE, PEDE NA MELHOR LOJA DE SÃO PAULO.

são paulo

Casas Bahia, eleita pela terceira vez ao prêmio "O Melhor de SP" na categoria melhor loja de móveis de São Paulo.

TUDO QUE A VIDA PEDE, PEDE CASASBAHIA

SAFETY / FOMI? PEDE QUE TEM AIR Fryer, Batedeira, Cafeteira e muito mais.

SAU? NO? TEMPORADA DA DÍ? SÓ? PEDE QUE TEM TELMA DE ALTA DEFINIÇÃO E OS SÓPIS MAIS CONFORTÁVEIS.

MOBILIÁRIO COM POUCA BEM-VEN? PEDE QUE TEM OS MÓDULOS MAIS TEND? PARA VOCÊ ESCOLHER.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Sexta-feira 12 de MAIO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47323
estado.com.br

ALFREDO ESTRELLA / AFP



Crise humanitária Fronteira dos EUA vira território de caos

Imigrantes tentam chegar aos EUA atravessando o Rio Grande; desde quarta-feira, mais de 11 mil pessoas cruzaram diariamente a fronteira de forma ilegal. ___ A10

Futebol ___ A18

MP para regulamentar apostas pretende coibir fraude e impor taxaço

___ Texto de lei, em elaboração pelo governo, proíbe dirigentes e atletas de participar de loterias

Em meio a denúncias de manipulações e escândalos envolvendo atletas e apostadores, medida provisória em fase final de elaboração pelo governo regulamenta o funcionamento das apostas esportivas, proíbe que dirigentes, técnicos, árbitros e jogadores de futebol realizem apostas, veta divulgação de publicidade e propaganda comercial

“Credibilidade do futebol está em xeque. Precisamos urgentemente de uma CPI que dê resultado”

Deputado Felipe Carreras (PSB-PE), relator da CPI da Manipulação de Resultados, aprovada na Câmara

de operadores não autorizados e impede que as casas de apostas adquiram, licenciem

ou financiem a aquisição de direitos de eventos esportivos para transmiti-los, distribuí-los ou reproduzi-los em quaisquer plataformas. O governo também planeja estabelecer taxaço sobre as apostas. A MP vai alterar a Lei 13.756, sancionada pelo então presidente Michel Temer. Desde 2018, as casas de apostas estão legalizadas, mas operam em uma espécie de limbo regulatório.

Notas e Informações ___ A3

Alexandre de Moraes, o censor

Fernando Gabeira ___ A5

Presidencialismo de confusão

Rogério Werneck ___ B8

Discurso torto e embaraço do Planalto

Com restrições ___ A8

Moraes manda soltar Torres com tornozeleira e sem acesso a armas

Ex-ministro da Justiça, que foi preso em 14 de janeiro, seis dias após os atos golpistas, não poderá ter redes sociais.

Funcionários cooptados ___ A12

PCC aposta em ‘infiltrados’ para despachar drogas em aeroportos

Viajantes, porém, são principal meio de tráfico. Cumbica teve 343 prisões em 2022, o mais alto número em dez anos.



Show ___ C1 e C3

Paulinho da Viola imperdível e de graça

Sambista, atração domingo em SP, continua firme, aos 80 anos. “Vou seguindo até quando der”, disse ao ‘Estado’.

Foz do Rio Amazonas ___ A6

Busca por petróleo vira disputa entre Marina e Minas e Energia

A Petrobras defende exploração. O Ibama recomenda a recusa do pedido de licença. Ministra Marina Silva (Meio Ambiente) define o projeto como “altamente impactante”.

“Não há motivos para negar a licença ambiental” Alexandre Silveira (Minas e Energia)

Onde fica



E&N Mercosul-UE ___ B1 e B2

Exigências ‘duras’ da União Europeia levam governo Lula a reavaliar acordo

Mauro Vieira (Relações Exteriores) afirmou que cobranças ambientais podem trazer “prejuízos enormes”.

E&N 1º trimestre ___ B10

Petrobras lucra R\$ 38,1 bi e distribui R\$ 24,7 bi em dividendos

Resultado é 14,4% inferior ao do mesmo período de 2022 e foi influenciado pela queda de 7% do preço do petróleo.

Edição de hoje
3 CADERNOS - 44 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento.
A fundo

Tempo em SP
14' Min. 20' Máx.

ISSN - 1516-2034
0 971424 50010

Fecomércio RN
Sesc Senac IFC



Web Summit Rio: Evento de tecnologia coloca a cidade no mapa global da inovação

CADERNO ESPECIAL



O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2023 ANO XXVIII - Nº 32.785 - PREÇO DESTE EXEMPLAR R\$ 1 - R\$ 5,00

ENTREVISTA/JEAN PAUL PRATES

‘Petrobras terá preço menor, sem desgarrar do mercado externo’

Valor do combustível variará por área de refinaria, diz presidente da estatal

A substituição da paridade internacional por outra política fará a Petrobras praticar preços mais baixos, mas não se “desgarrar” do patamar externo, afirma o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, em entrevista a BRUNO ROSSA e JANAÍNA LAGE.

Ele antecipa detalhes do que chama de nova estratégia comercial da empresa, como a adoção de preços de combustíveis distintos de acordo com cada região e cliente. Prates fez críticas à venda da BR Distribuidora e reconheceu a gravidade da

crise pela série de casos de abuso na empresa: “Assédio mata”. A Petrobras divulgou ontem o balanço do primeiro trimestre, com lucro de R\$ 38 bilhões e distribuição de R\$ 24,7 bilhões em dividendos aos acionistas. **PÁGINAS 11 e 12**

Govto vai taxar apostas e pode reter prêmios de casos suspeitos

A Medida Provisória das Apostas Esportivas definirá taxa de 16% sobre os ganhos das casas de aposta, além de imposto de Renda sobre os prêmios dos apostadores. O governo poderá bloquear premiações em caso de evidência de fraude. Profissionais do futebol ficam proibidos de operar nas casas de aposta, que ajudarão o governo a investigar manipulação. **PÁGINAS 25**

Desigualdade cai a menor nível em 10 anos

Impulsionada pela recuperação do mercado de trabalho e pelo Auxílio Brasil de R\$ 600, a desigualdade no país em 2022 atingiu seu menor patamar em uma década. Apesar da redução, a desigualdade ainda é grande se comparada à de outros países, enfatiza analista do IBGE. **PÁGINA 14**

Anderson Torres outra vez!



— Quem é muito vivo sempre reaparece... —

CPI do MST vira bunker ruralista e da oposição
Se o governo pode ter maioria na CPI dos Ataques Golpistas, a do MST terá críticos declarados do Planalto do movimento. **PÁGINA 4**

Anderson Torres deixa a prisão por decisão de Moraes
Ministro do STF diz não haver mais motivo para a detenção preventiva de ex-ministro suspeito de ajudar atos golpistas. **PÁGINA 6**

Jogadores aliciavam colegas para fraude
Mensagens obtidas pelo MP de Goiás mostram jogadores atuando em nome de fraudadores na cooptação de outros atletas para manipular partidas. **PÁGINA 26**

EDITORIAL
MANIPULAÇÃO PÔE CREDIBILIDADE DO FUTEBOL EM XEQUE **PÁGINA 2**

MARTÍN FERNÁNDEZ
Por que o futebol brasileiro foi terreno fértil para fraude **PÁGINA 25**

FLÁVIA OLIVEIRA
Combate à pobreza deve ir além de ações de uso político **PÁGINA 3**

VERA MAGALHÃES
Govto terá de domar o PT para fazer o marco fiscal andar **PÁGINA 2**

BERNARDO MELLO FRANCO
Se Mauro Cid não falar, seu celular falará por ele **PÁGINA 3**

PEDRO DÓRIA
Eu discordo de Durov, mas deixa ele falar **PÁGINA 3**



Carajás, o novo marco da mineração ilegal

Em busca de ouro, manganês e cobre (foto), mineradores ilegais invadiram a Serra dos Carajás, no Pará, apesar da presença da Vale, que opera legalmente na área. A exploração criminoso destrói rios e florestas e ameaça até linha de transmissão de eletricidade. **PÁGINA 9**

SEGUNDO CADERNO

‘O guarani’ mais perto dos indígenas

Theatro Municipal de São Paulo encena a ópera de Carlos Gomes com atores de origem indígena e concepção de Ailton Krenak.



Ceci e Peri. Versão da obra é fiel à original, mas atualizada

John Boyne de volta ao Holocausto

Escritor lança “Por lugares devastados”, sequência do aclamado “O menino do pijama listrado”, no qual retorna a ótica dos alemães sobre a história.

Girassol da cor da inclusão

Mãe de Felícia, que tem autismo, Flávia Callafange dirige organização que difunde o uso do colar de girassol, espécie de pedido por mais ternura e empatia com pessoas que têm deficiências. **PÁGINA 19**



Número de deslocados em seus próprios países bate recorde

No fim de 2022, número de pessoas que precisaram fugir de conflitos ou desastres naturais dentro de seus países passou de 71 milhões, o maior da História. **PÁGINA 16**

FALTA DE PROVAS

STJ manda soltar porteiro condenado no Rio por foto

Tribunal vê erros e ordena revisão dos processos de Paulo Alberto Costa, alvo de 62 ações com base só em reconhecimento fotográfico e preso há três anos. **PÁGINA 22**

À Mesa com o Valor

Rony Meisler, da Reserva, cria projetos contra a fome e lança coleções inclusivas **EU& Pág.6**

Sexta-feira, 12 de maio de 2023
Ano 24 Número 5748 R\$ 6,00
www.valor.com.br



Música
Monique Gardenberg volta à produção de festivais com o C6 Fest **EU& Pág.12**



Web Summit Rio
Evento destacou o papel da tecnologia contra a desigualdade e na defesa ambiental **Caderno especial**

Valor ECONÔMICO

'O Guarani' volta ao Municipal



"Montar uma ópera é como manejar um transatlântico", compara Andrea Caruso Saturnino, diretor-geral do Teatro Municipal de São Paulo, que estreia nesta sexta-feira uma montagem de "O Guarani", de Carlos Gomes, levada ao histórico palco paulistano pela última vez há 23 anos. O espetáculo ainda trouxe o desfilio adicional de trabalhar com uma representação antirracista e incentivar os povos indígenas. **EU& Pág.5**

Governo acelera liberação de emendas para pacificar base

Rozan Truffi, Fabio Murakawa e André Jobé
De Brasília

Em busca de reconciliação com sua base no Congresso, o governo abriu os cofres e decidiu empenhar, apenas neste mês, quase R\$ 1,2 bilhão em emendas parlamentares — pouco mais de R\$ 700 milhões só na última terça-feira. A estrat

tégia foi adotada depois que o Planalto foi derrotado na votação do decreto do saneamento e ouviu reclamações até de parlamentares de esquerda sobre a demora na distribuição desses recursos. Em abril, por exemplo, o Executivo liberou somente R\$ 97 milhões em emendas empenhadas, montante que saltou 1.225% nos últimos dez dias, alcançando R\$ 1,283 bilhão até ontem. **Página A7**

Petrobras aprova dividendo de R\$ 24,7 bi, mas planeja mudar distribuição de lucros

Balanco Apesar das críticas de Lula e Prates à remuneração aos acionistas, estatal preserva a política da gestão anterior

Fábio Couto, Kariny Leal, Rafael Resas e Juliana Schiencariel
Do Rio

O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem o pagamento de R\$ 24,7 bilhões em dividendos aos acionistas (R\$ 1,89 por ação), mas sinalizou que fará mudanças no modelo. Em reunião realizada na quinta-feira, a atual regra de remuneração foi mantida, apesar do desajo do governo em alterá-la. A União, acionista majoritária, receberá R\$ 9 bilhões do montante a ser distribuído. O lucro da companhia no primeiro trimestre foi de R\$ 38,16 bilhões.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, crítico dos dividendos pagos pela Petro

bras, teria pedido a Jean Paul Prates, presidente da empresa, para realizar mudanças aos pontos. No governo, a avaliação do tema não é única. A Fazenda se beneficia dos altos dividendos, que ajudam a fechar as contas. A ala política do Planalto e o PL, porém, criticam a distribuição, considerando que a União é a principal beneficiária.

De acordo com fontes, a avaliação é que a política de dividendos será limitada já neste segundo trimestre. Em fato relevante publicado ontem, o conselho da companhia determinou a elaboração de proposta de ajuste do atual planejamento estratégico 2023/27 e o "aperfeiçoamento" da política de remuneração dos acionistas, a ser avaliada em julho.

flam Arbetman, analista da Ativa Investimentos, diz que o anúncio dos dividendos foi uma surpresa positiva, mas frisa que a incerteza sobre o futuro dessa política e do plano estratégico devem trazer volatilidade para as ações da companhia. Sua expectativa é que a Petrobras volte a pagar o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido aos acionistas. Hoje, a empresa os remunera com 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos.

Segundo o analista do Itaú BBA Monique Greco, a nova gestão da estatal pode ter adotado a mudança na política de remuneração para fazer o ajuste com o plano estratégico e assim justificar a alocação do capital. **Página B1**

Receita potencial para regra fiscal é de R\$ 127 bi

Marta Watanabe
De São Paulo

A lista de possíveis receitas com magnitude para garantir arrecadação adicional suficiente para o cumprimento das metas de resultado primário propostas pelo governo na nova regra fiscal pode gerar arrecadação extra de até

R\$ 127 bilhões em quatro anos, segundo especialistas ouvidos pelo Valor.

O montante fica dentro do intervalo de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões projetado por economistas como o necessário para o cumprimento das metas fiscais, mas a lista contém incertezas.

Entre as principais fontes de receitas mencionadas está, por exemplo, a limita

ção às deduções dos incentivos fiscais de ICMS na base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que desperta ceticismo e suscita cálculos de impacto que vão de R\$ 20 bilhões a R\$ 70 bilhões.

Para Gabriel Leal de Barros, do Ibo Asset, o ideal seria que a consolidação fiscal se fizesse também pelas despesas. **Página A3**

Credores e Americanas avançam em estrutura para capitalização

Fernando Guimarães e Mônica Scaramuzo
De São Paulo

A Americanas e seus credores avançaram num acordo que poderá encerrar o litígio entre as partes. Na proposta em discussão, bancos, debenturistas e detentores de dívida externa recebem parte do valor à vista, outra em debêntures e a última em ações, apurou o Valor. Essa

possibilidade não estava prevista no plano de recuperação judicial, que indicava dívida de R\$ 43 bilhões.

A proposta prevê, inicialmente, um leilão reverso com desconto mínimo de 70%. Em seguida, o credor poderá receber a parcela à vista com desconto menor que o do leilão. Os recursos para esta tranche viriam de aporte de R\$ 10 bilhões por parte de acionistas de referência. **Página B5**

Destques

Acorrio coletivo inédito em Santos

A Brasil Terminal Portuário, operadores de contêineres em Santos, e sindicatos dos operadores de guindastes e empilhadeiras firmaram acordo inédito que prevê privacidade, mas não exclusividade, para contratação de trabalhadores inscritos no OGMIO. **E1**

Tratado com UE será reavaliado

O chanceler Mauro Vieira disse no Senado que o Brasil terá que reavaliar, com os parceiros do Mercosul, o acordo comercial com a União Europeia. Segundo ele, documento adicional da UE faz exigências ambientais "extremamente duras". **A2**

CPFL retém dividendos

Antes a possível aquisição na área de distribuição, a CPFL está preparando seu caixa e retendo dividendos para eventual compra da Enel Cerrá (antiga Coelba). A companhia vai pagar R\$ 2,42 bilhões, metade do que o mercado esperava. **B2**

Falta de crescimento é decorrência de escolhas erradas

Claudia Safatle A2

Indicadores

Índice	11/05/23	05/23 %	11/20/22
S&P 500	11/05/23	12,0%	34,0%
S&P 500 (dividido)	11/05/23	15,0%	34,0%
Dólar comercial (B3)	11/05/23	4,0%	4,0%
Dólar comercial (mercado)	11/05/23	4,0%	4,0%
Dólar turismo (mercado)	11/05/23	4,0%	4,0%
Euro comercial (B3)	11/05/23	4,0%	4,0%
Euro comercial (mercado)	11/05/23	4,0%	4,0%
Euro turismo (mercado)	11/05/23	4,0%	4,0%

UE prepara normas duras para regular IA

Jillain Deutsch
Bloomberg

A União Europeia deu um primeiro passo rumo a uma maior regulamentação dos instrumentos de inteligência artificial (IA) — como o ChatGPT, da OpenAI, e o Bard, do Google —, avançando na promulgação do regime mais restritivo do mundo sobre o desenvolvimento dessa tecnologia. As comissões de Justiça e de Mercado Interno do Parlamento Europeu decidiram que as empresas criadoras de modelos de IA precariam apresentar avaliações de risco e listas do material com direitos autorais usado para "treinar" seus sistemas, além de garantir que os usuários saibam quando estão interagindo com IA ou vendo conteúdo criado artificialmente ("deepfake"). **Página A15**

Missionário do Douro



Presença constante no evento Vinhos de Portugal, que em junho chega à 10ª edição, Dirk van der Niepoort é um dos maiores responsáveis pelo sucesso do Douro no mercado internacional. **Página D10**

MP das apostas taxará empresa e ganhador

Estevão Talar e Guilherme Pimenta
De Brasília

O Ministério da Fazenda apresentou pontos da Medida Provisória para regulamentar as apostas esportivas digitais. O texto estabelece que as empresas serão taxadas em 10% da receita obtida com as apostas, subtraídos os prêmios pagos aos ganhadores. A ação ocorre em meio à suspeita de corrupção em campeonatos de futebol. Outra cobrança estabelecida pela MP incidirá sobre o prêmio recebido pelo apostador, que pagará 30% de imposto de Renda. O texto foi encaminhado a outros cinco ministérios antes de ser apresentado ao Congresso. Com as novas regras, o governo espera melhorar a fiscalização e o combate a práticas criminosas relacionadas às apostas. **Página A6**

GRÁFICOS

